

agentes que possam contribuir para disponibilizar terapia familiar a todos que buscam melhores caminhos para si mesmos e para seus filhos, preservando ou reunindo famílias capturadas no redemoinho dessa região, onde hoje terapeutas familiares de todo o mundo estarão reunidos para este congresso.” (Cebasek-Travnik, 2009)

Como parte da nossa rede de interlocutores, você vai gostar de finalizar a leitura deste número com a resenha que nossa colaboradora e membro da comissão editorial nacional, Juliana Gontijo Aun, fez do livro *As dinâmicas de rede e o trabalho social*.

Com sua larga experiência em trabalhos com redes, afirma que, neste momento, os profissionais brasileiros estão diante de um grande desafio: oferecer serviços que possibilitem às famílias e às comunidades pobres resolverem seus problemas, satisfazerem suas necessidades evolutivas, sem desenvolverem uma dependência destes.

A tradução e publicação, no Brasil, do livro de Lia Sanicola chega em um momento oportuno, trazendo uma consistente crítica à predominância da perspectiva clínica em detrimento de uma perspectiva sociocultural no âmbito das políticas sociais, tanto na área da saúde como da educação e assistência social, e propondo uma metodologia de ação que permite oferecer uma resposta a esse desafio.

Você não se sente convidado a fazer parte dessa rede mundial?

Helena Maffei Cruz

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WILSON, J. Engajando crianças e jovens – um teatro de possibilidades. *Nova perspectiva Sistêmica*. Dez.2008. Ano XVI. N.32. p. 8-26.

CEBASEK-TRAVNIK, Z. *Family Therapy in the Region – Connection between Family Values, Violence, Intercultural Dialogue and Human Rights*. Discurso de abertura do XVII Congresso Mundial de teapia familiar, Eslovênia, 04 de março de 2009.

Nova Perspectiva Sistêmica, Rio de Janeiro, n. 33, p. 5-8, abr. 2009.

## CONSTRUÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO TERAPÊUTICA\*

### SOCIAL CONSTRUCTION AND THERAPEUTIC COMMUNICATION

**RESUMO:** A partir do questionamento das práticas terapêuticas que vem acontecendo na comunidade pesquisadora e terapêutica, novas dúvidas e desafios surgem. Depois de descrever algumas das ideias centrais do construcionismo social, o autor focaliza o desafio da comunicação terapêutica. Ele vai além das explicações existentes para demonstrar o que pode ser chamado de relacionalismo radical a que o construcionismo convida. Nesse contexto, o autor oferece uma visão inicial das implicações práticas do construcionismo social na prática terapêutica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Construcionismo social; relação terapêutica; comunicação terapêutica; linguagem.

**ABSTRACT:** Beginning from the questioning of therapeutic practices that is taking place within the scholarly and therapeutic community, new doubts and challenges emerge. After describing some of the core ideas of social constructionism, the author focuses the challenge of the therapeutic communication. Here he will move beyond existing accounts to demonstrate what might be called the radical relationalism that constructionism invites. In this context, he offers an initial glimpse into the practical implications of social constructionism for therapeutic practice.

**KEYWORDS:** Social constructionism; therapeutic communication; therapeutic relationship; language.

#### ARTIGO

#### KENNETH J. GERGEN

Professor de Psicologia do Swarthmore College, USA; professor titular do departamento de Psicologia do Swarthmore College; professor adjunto de psicologia da University of Tilburg, Netherlands; professor honorário da Universidad de Buenos Aires. Fundador e presidente do Taos Institute.

Tradução:

CLARISSA SOARES

*O processo de ser humano é o processo de fazer sentido.*

ROBERT KEGAN

Na época em que cursava a pós-graduação, eu também trabalhava para sustentar minha mulher e meus dois filhos. Eram muitas pressões e as relações domésticas estavam piorando. Parecia ser a hora certa para buscar um bom terapeuta. Foi nele que eu comecei a despejar meus pensamentos e sentimentos sobre as várias pressões, complexidades, lutas, medos e paixões que pulsavam em minha vida. No entanto, poucas semanas se passaram até que ele parecesse cansado de ouvir tais assuntos. Em vez disso, ele passou a direcionar todas as perguntas para relações familiares durante os primeiros anos da minha vida – a autoridade de meu pai, brigas no parquinho com meu irmão, o choque de ver minha mãe nua. Várias semanas depois, fui eu quem começou a se cansar. Por que estávamos gastando inúmeras horas em um passado distante quando as complexidades do presente eram tão angustiantes? Por que a visão que ele tinha do que era mais importante na minha vida era mais sábia do que a minha, principalmente dado que nos conhecíamos havia relativamente pouco tempo? Por que ele tinha que se basear nas doutrinas de um austríaco do século XIX ao lidar com as questões que me confrontavam no século XX? De fato, por que deveríamos nos concentrar numa dinâmica dos “meus problemas” trancados no meu cérebro em vez de subprodutos de condições estressantes? O meu terapeuta não estava presumindo que eu era psicologicamente deficiente de alguma maneira? Por que eu era “deficiente” em vez de ser “notável” ou “interessante”?

\* Este artigo faz parte do livro GERGEN, Kenneth J. *Therapeutic Realities: Collaboration, Oppression and Relational Flow*. Taos Institute: Ohio, USA, 2006.

Essas dúvidas iniciais deram origem a preocupações que se estendem ao longo de toda a minha carreira e que dizem respeito à teoria e à prática da psicoterapia e às concepções de doença mental que as acompanham. Meu trabalho acadêmico como psicólogo social se uniu bem a esse interesse contínuo. No início de minha carreira, me afiliei como pesquisador-cientista ao Eastern Pennsylvania Psychiatric Institute. Anos depois, fui convidado pelos terapeutas revolucionários Harry Goolishian e Harlene Anderson a travar um diálogo particularmente produtivo sobre questões do discurso e da psicoterapia. Esses questionamentos foram posteriormente muito enriquecidos por relações com terapeutas/pesquisadores como Tom Andersen, Peggy Penn, Mony Elkaim, Lynn Hoffman, Bill O'Hanlon, Peter Lang, Philip Cushman, Gianfranco Ceccin, Dora Schnitman, Klaus Deissler, Eero Rii-konen, Michael Smith, Miguel Gonçalves, Michael Hoytt, Karl Tomm, Angelica Tratter, Donald Spence e Robert Neimeyer. Meu trabalho também foi enriquecido por longos encontros em vários institutos e organizações – em especial o Houston-Galveston Institute, o Kensington Consultation Centre, DISPUK, The East Side Institute, Fundacion Interfas e o Family Institute of Geneva.

No entanto, ao lembrar meus primeiros receios em relação ao processo terapêutico, percebi que de forma alguma estava sozinho. Na verdade, vi que meu questionamento inicial era parte de uma grande mudança de maré que estava acontecendo na comunidade pesquisadora e terapêutica; uma mudança em que tradições honráveis estavam sendo

questionadas em todos os lugares. De uma forma importante, o presente volume surge das cinzas da crescente dúvida sobre concepções universalizadas de verdade, objetividade, racionalidade, progresso e princípio moral. Muito frequentemente, tais conceitos impediram o fluxo gerador do relacionamento humano. Muito frequentemente, eles vêm sendo usados para restringir a natureza de nossas expressões e para separar aqueles que têm permissão para participar na determinação do nosso futuro coletivo daqueles que são silenciados. Tais concepções agora também contribuem para estabelecer uma gama de hierarquias autorracionalizantes de privilégio. Isso acontece no mundo da psicoterapia não menos do que em outras áreas da vida.

É dessas cinzas de dúvidas que os novos diálogos surgem, novas vozes de esperanças e promessas para a existência humana. Essas conversações agora atravessam continentes e culturas, e são acompanhadas por uma profusão de práticas profissionais – na terapia, na educação, no serviço social, no aconselhamento, no desenvolvimento organizacional, na resolução de conflitos, no desenvolvimento comunitário e em outros. Há muitos nomes para esta revolução no pensamento e na prática. Termos como pós-modernismo, pós-fundacionalismo, pós-empirismo, pós-estruturalismo, pós-Iluminismo estão frequentemente entre eles. Alguns falam em termos de uma “virada linguística”, enquanto outros falam em uma “virada cultural” no nosso entendimento do conhecimento e do eu. Entretanto, muitas das ideias centrais giram em torno de uma órbita utilmente caracterizada como construcionista social. Nesse

Essas dúvidas iniciais deram origem a preocupações que se estendem ao longo de toda a minha carreira e que dizem respeito à teoria e à prática da psicoterapia e às concepções de doença mental que as acompanham. Meu trabalho acadêmico como psicólogo social se uniu bem a esse interesse contínuo. No início de minha carreira, me afiliei como pesquisador-cientista ao Eastern Pennsylvania Psychiatric Institute. Anos depois, fui convidado pelos terapeutas revolucionários Harry Goolishian e Harlene Anderson a travar um diálogo particularmente produtivo sobre questões do discurso e da psicoterapia. Esses questionamentos foram posteriormente muito enriquecidos por relações com terapeutas/pesquisadores como Tom Andersen, Peggy Penn, Mony Elkaim, Lynn Hoffman, Bill O'Hanlon, Peter Lang, Philip Cushman, Gianfranco Ceccin, Dora Schnitman, Klaus Deissler, Eero Rii-konen, Michael Smith, Miguel Gonçalves, Michael Hoytt, Karl Tomm, Angelica Tratter, Donald Spence e Robert Neimeyer. Meu trabalho também foi enriquecido por longos encontros em vários institutos e organizações – em especial o Houston-Galveston Institute, o Kensington Consultation Centre, DISPUK, The East Side Institute, Fundacion Interfas e o Family Institute of Geneva.

No entanto, ao relembrar meus primeiros receios em relação ao processo terapêutico, percebi que de forma alguma estava sozinho. Na verdade, vi que meu questionamento inicial era parte de uma grande mudança de maré que estava acontecendo na comunidade pesquisadora e terapêutica; uma mudança em que tradições honráveis estavam sendo

questionadas em todos os lugares. De uma forma importante, o presente volume surge das cinzas da crescente dúvida sobre concepções universalizadas de verdade, objetividade, racionalidade, progresso e princípio moral. Muito frequentemente, tais conceitos impediram o fluxo gerador do relacionamento humano. Muito frequentemente, eles vêm sendo usados para restringir a natureza de nossas expressões e para separar aqueles que têm permissão para participar na determinação do nosso futuro coletivo daqueles que são silenciados. Tais concepções agora também contribuem para estabelecer uma gama de hierarquias autorracionalizantes de privilégio. Isso acontece no mundo da psicoterapia não menos do que em outras áreas da vida.

É dessas cinzas de dúvidas que os novos diálogos surgem, novas vozes de esperanças e promessas para a existência humana. Essas conversações agora atravessam continentes e culturas, e são acompanhadas por uma profusão de práticas profissionais – na terapia, na educação, no serviço social, no aconselhamento, no desenvolvimento organizacional, na resolução de conflitos, no desenvolvimento comunitário e em outros. Há muitos nomes para esta revolução no pensamento e na prática. Termos como pós-modernismo, pós-fundacionalismo, pós-empirismo, pós-estruturalismo, pós-Iluminismo estão frequentemente entre eles. Alguns falam em termos de uma “virada linguística”, enquanto outros falam em uma “virada cultural” no nosso entendimento do conhecimento e do eu. Entretanto, muitas das ideias centrais giram em torno de uma órbita utilmente caracterizada como construcionista social. Nesse

sentido, o construcionismo social não é uma teoria única e unificada. Em vez disso, ele é visto como um diálogo que se desdobra entre participantes que variam consideravelmente em suas lógicas, valores e visões. Apesar de compartilharem muitas ideias, não há uma base única de crenças à qual todos aderem. De fato, estabelecer uma verdade final, uma lógica fundamental, um código de valores ou uma base de práticas seria antiético em relação ao próprio desenvolvimento de significados defendido pelo movimento.

No entanto, muitos terapeutas estão bem familiarizados com o cenário do construcionismo social. Na verdade, muitos contribuíram para o seu desenvolvimento. Entretanto, para aqueles que se juntam agora a essas explorações, algumas palavras preliminares podem ser úteis. Especificamente, minha tentativa neste artigo é esboçar uma série de ideias compartilhadas por muitos que se engajam em explorações construcionistas. Explicações mais detalhadas podem ser encontradas em outros trabalhos. Depois de descrever algumas das ideias centrais, vou encarar o desafio da comunicação terapêutica. Aqui, irei além das explicações existentes para demonstrar o que pode ser chamado de relacionismo radical a que o construcionismo convida. Nesse contexto, vou oferecer uma visão inicial das implicações práticas do construcionismo social na prática terapêutica.

#### A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO REAL E DO BOM

Há muitas maneiras de contar a história do construcionismo social. Alguns

traçariam sua história desde os trabalhos de Nietzsche, Goethe ou Vico. Outros se concentrariam em desenvolvimentos mais recentes na sociologia do conhecimento ou na história da ciência. Em meu livro *The Saturated Self*, descrevi uma crescente consciência de construção surgindo das múltiplas realidades e moralidades que a tecnologia moderna nos evidenciou. Cada uma dessas descrições, na verdade, retratava o construcionismo de uma forma diferente, cada uma delas útil em um contexto diferente. No texto abaixo, não vou seguir em nenhuma dessas direções. Em vez disso, vou descrever alguns dos argumentos e proposições mais compartilhados circulando hoje em dia. Selecionei quatro temas em particular porque eles estão simultaneamente entre os mais inquietantes e profundamente libertadores. À medida que o volume progredir, vamos explorar as implicações e manifestações dessas ideias na prática terapêutica.

#### As origens sociais do conhecimento

Talvez a ideia mais produtiva que surgiu dos diálogos construcionistas é a de que o que pensamos ser conhecimento do mundo e do eu tem suas origens nos relacionamentos humanos. O que pensamos ser verdadeiro em oposição ao falso, objetivo em oposição ao subjetivo, científico em oposição ao mitológico, racional em oposição ao irracional, moral em oposição ao imoral é criado por grupos de pessoas histórica e culturalmente situados. Essa visão contrasta fortemente com duas das mais importantes tradições intelectuais e culturais do Ocidente. De um lado está a tradição do conhecedor individual, o agente de ação racional, autodirecionador, moralmente

centrado e sábio. Vou descrever mais deste conceito de *eu* à medida que o texto se desenvolver, mas por enquanto é importante reconhecer que os diálogos construcionistas desafiam a tradição individualista e convidam a uma apreciação do relacionamento como algo central para o bem-estar humano. Não é na mente individual que o conhecimento, a razão, a emoção e a moralidade residem, mas nos relacionamentos.

A visão comum de conhecimento também representa um grande desafio para a visão de Verdade ou para a possibilidade de que as explicações dos cientistas, ou de qualquer outro grupo, revelam ou abordam a verdade objetiva do que se está discutindo. Na verdade, os construcionistas propõem que nenhum arranjo de palavras é necessariamente mais objetivo ou correto em sua representação da realidade do que qualquer outro. Certamente, o correto pode ser alcançado dentro de uma determinada comunidade ou tradição – de acordo com suas regras e práticas. A Física e a Química geram verdades úteis nas tradições de suas comunidades, assim como o fazem psicólogos, sociólogos, romancistas e padres em suas respectivas comunidades. Mas, dessas tradições geralmente concorrentes, não podemos encontrar uma verdade transcendente, uma “verdade verdadeira”. Qualquer tentativa de se determinar a descrição superior seria ela mesma o resultado de um acordo em uma determinada comunidade.

Como se pode imaginar, tais argumentos provocaram reações fortes e às vezes nervosas entre as comunidades científicas em particular. Digamos que você tenha dedicado toda uma vida a buscar o que acredita ser co-

hecimento objetivo e que não acredita nos mitos, credos e crenças populares inverificáveis em que as pessoas comuns baseiam suas vidas. Nessas condições, é difícil ouvir que a ciência é, ela própria, uma construção social e que não é intrinsecamente superior a outras tradições. Entretanto, creio que tal angústia se baseie em uma leitura errada da mensagem construcionista. A ciência médica ocidental, por exemplo, realmente oferece verdades úteis; a maioria de nós não iria querer abandoná-las. No entanto, essas verdades têm como base um enorme conjunto de construções cultural e historicamente específicas, por exemplo, sobre o que constitui uma deficiência, a saúde e uma doença, a vida e a morte, os limites do corpo, a natureza da dor, e assim por diante. Quando essas suposições são tratadas como universais – verdadeiras para todas as culturas e todas as épocas –, concepções alternativas são enfraquecidas e destruídas. Entender a morte, por exemplo, como simplesmente o término do funcionamento biológico seria um grande empobrecimento da existência humana. A questão não é abandonar a ciência médica, mas entendê-la como uma tradição cultural – uma entre muitas.

Portanto, o construcionismo social tem uma enorme função libertadora. Ele retira o poder retórico de qualquer um ou de qualquer grupo de reivindicar a verdade, a sabedoria ou a ética em um escopo universal – necessário para todos. Ao contrário, para a maioria dos construcionistas, todas as vozes podem contribuir justificavelmente para os diálogos dos quais nosso futuro depende. Ao mesmo tempo, entender todas as reivindicações de sabedoria como algo social-

centrado e sábio. Vou descrever mais deste conceito de *eu* à medida que o texto se desenvolver, mas por enquanto é importante reconhecer que os diálogos construcionistas desafiam a tradição individualista e convidam a uma apreciação do relacionamento como algo central para o bem-estar humano. Não é na mente individual que o conhecimento, a razão, a emoção e a moralidade residem, mas nos relacionamentos.

A visão comum de conhecimento também representa um grande desafio para a visão de Verdade ou para a possibilidade de que as explicações dos cientistas, ou de qualquer outro grupo, revelam ou abordam a verdade objetiva do que se está discutindo. Na verdade, os construcionistas propõem que nenhum arranjo de palavras é necessariamente mais objetivo ou correto em sua representação da realidade do que qualquer outro. Certamente, o correto pode ser alcançado dentro de uma determinada comunidade ou tradição – de acordo com suas regras e práticas. A Física e a Química geram verdades úteis nas tradições de suas comunidades, assim como o fazem psicólogos, sociólogos, romancistas e padres em suas respectivas comunidades. Mas, dessas tradições geralmente concorrentes, não podemos encontrar uma verdade transcendente, uma “verdade verdadeira”. Qualquer tentativa de se determinar a descrição superior seria ela mesma o resultado de um acordo em uma determinada comunidade.

Como se pode imaginar, tais argumentos provocaram reações fortes e às vezes nervosas entre as comunidades científicas em particular. Digamos que você tenha dedicado toda uma vida a buscar o que acredita ser co-

nhhecimento objetivo e que não acredita nos mitos, credos e crenças populares inverificáveis em que as pessoas comuns baseiam suas vidas. Nessas condições, é difícil ouvir que a ciência é, ela própria, uma construção social e que não é intrinsecamente superior a outras tradições. Entretanto, creio que tal angústia se baseie em uma leitura errada da mensagem construcionista. A ciência médica ocidental, por exemplo, realmente oferece verdades úteis; a maioria de nós não iria querer abandoná-las. No entanto, essas verdades têm como base um enorme conjunto de construções culturais e historicamente específicas, por exemplo, sobre o que constitui uma deficiência, a saúde e uma doença, a vida e a morte, os limites do corpo, a natureza da dor, e assim por diante. Quando essas suposições são tratadas como universais – verdadeiras para todas as culturas e todas as épocas –, concepções alternativas são enfraquecidas e destruídas. Entender a morte, por exemplo, como simplesmente o término do funcionamento biológico seria um grande empobrecimento da existência humana. A questão não é abandonar a ciência médica, mas entendê-la como uma tradição cultural – uma entre muitas.

Portanto, o construcionismo social tem uma enorme função libertadora. Ele retira o poder retórico de qualquer um ou de qualquer grupo de reivindicar a verdade, a sabedoria ou a ética em um escopo universal – necessário para todos. Ao contrário, para a maioria dos construcionistas, todas as vozes podem contribuir justificavelmente para os diálogos dos quais nosso futuro depende. Ao mesmo tempo, entender todas as reivindicações de sabedoria como algo social-

mente construído não é considerá-las falsas ou insignificantes. Novamente, é reconhecer que cada tradição, apesar de limitada, pode nos oferecer opções para vivermos juntos. Desta forma, o construcionismo incentiva uma postura de curiosidade infinita, em que todas as tradições podem nos oferecer riquezas e novas combinações podem sempre se desenvolver. Quando reconhecemos que as realidades de hoje dependem dos acordos de hoje, grandes possibilidades são criadas. Não estamos destinados a repetir o passado; com inovação colaborativa, novos futuros nascem.

### A centralidade da linguagem

Muitos estudiosos acreditam que Ludwig Wittgenstein foi o filósofo mais significativo do século XX. Depois de ler seu trabalho mais recente, principalmente as *Investigações filosóficas*, não se pode mais ver o objetivo da Filosofia da mesma forma. Por quê? Em grande parte porque o trabalho de Wittgenstein desafiou a capacidade da Filosofia de produzir um entendimento verdadeiro do conhecimento, da racionalidade, da ética, do eu e de todos os outros assuntos que há muito são de interesse. Como Wittgenstein propôs, nossas descrições e explicações do mundo são formadas dentro da linguagem, ou do que ele chama de *jogos de linguagem*. Jogos de linguagem são essencialmente conduzidos de acordo com regras; para fazer sentido é preciso jogar segundo as regras. As regras da gramática são o caso mais óbvio; mas há também inúmeras regras de conteúdo. Por exemplo, não é aceitável que eu diga que “meu amor é oblongo”. A sentença é gramaticalmente correta e não pode ser considerada falsa por dados empíricos. No entanto, nossas

maneiras de falar do amor no século XXI não incluem o adjetivo *oblongo*. Estendendo essa questão, podemos ver as principais perguntas feitas por filósofos como jogos de linguagem. Por exemplo, a antiga pergunta de se a mente realmente tem acesso ao mundo exterior – o chamado *problema de epistemologia* – é um problema apenas dentro de um determinado jogo de linguagem. Para jogar o jogo precisamos concordar que existe um *mundo mental* por um lado e um *mundo material* por outro (um *aqui dentro* e um *lá fora*), e que o primeiro pode possivelmente refletir o segundo. Se você não concordar em jogar segundo essas regras, não há um “problema do saber individual”.

Ainda assim, ver a linguagem apenas como um jogo em si mesmo é limitado. Segundo Wittgenstein, o uso da linguagem reside dentro de “formas de vida”, como as chamava, mais amplas. Considere a forma de vida que chamamos de *partida de futebol*. Certamente, há maneiras tradicionais de se falar de futebol – sobre times, gols, pênaltis e assim por diante. Mas essas formas de fala estão embutidas em formas de ação e em contextos materiais. Não se pode simplesmente gritar “Gol!” em uma esquina movimentada sem levantar suspeita. Existem apenas condições específicas em que tal grito faz sentido, e isso depende de um conjunto específico de objetos (como o campo e a bola) e de pessoas (como os jogadores e os juizes).

Tais ideias são muito compatíveis com a visão da origem social do conhecimento. À medida que as pessoas coordenam suas ações, um grande resultado é muitas vezes um sistema de sinais ou palavras. As palavras geralmente servem para nomear o mundo

para os participantes. Isto é *um gol*, você tem *uma depressão*, aquilo é *um mamífero* etc. Contudo, como se nota rapidamente, essas palavras são imensamente importantes para sustentar tais relacionamentos. Não apenas elas representam os acordos em relação ao que existe para os participantes, como também constituem essencialmente a cola que une suas formas de vida – ou tradições – em si. Qual é o sentido de um julgamento sem uma linguagem de culpa e inocência? O que seria a profissão da psicologia sem uma linguagem da mente? E o que seria da religião se nós abandonássemos a linguagem do espírito?

Nesse contexto percebemos o enorme poder que é inerente à transformação do uso da linguagem. Quando podemos alterar as maneiras em que a linguagem é usada, desenvolver novas formas de falar ou mudar o contexto de uso, nós plantamos as sementes da mudança humana. Ao mesmo tempo, vemos um terreno de resistência profunda e enraizada.

#### **A política do conhecimento**

O construcionismo social compartilha muito com uma visão pragmática das reivindicações de conhecimento. Isto é, questões tradicionais de verdade e objetividade são substituídas por interesses nos resultados práticos. O que interessa não é se uma perspectiva é verdadeira de um ponto de vista onisciente; ao contrário, nos perguntamos quais são os resultados em nossa vida de se levar a sério qualquer reivindicação de verdade. Podem existir muitas verdades, dependendo das tradições das comunidades, mas como o construcionista pergunta, o que acontece conosco – de bom e de ruim – ao honrarmos uma posição em vez de outra?

Não há palavras com significado sem consequências. Nesse sentido, a maior consciência da construção comunitária do real e do bom faz muito mais do que balançar nossas crenças na verdade, na objetividade e no conhecimento – para além da história e da cultura. Também está sendo questionado o direito de qualquer grupo – científico ou não – de reivindicar a autoridade máxima sobre o conhecimento.

Tal conclusão vem tendo enormes repercussões na comunidade acadêmica e em outras comunidades. Isso acontece em especial para estudiosos e profissionais preocupados com a injustiça social, a opressão e a marginalização de grupos minoritários na sociedade. Se as comunidades criam realidades (fatos e boas razões) de acordo com suas próprias tradições, e essas realidades são estabelecidas como verdadeiras e boas para todos, então tradições alternativas podem ser desconsideradas. Independentemente de estarmos falando de fatos científicos, cânones de lógica, bases da lei ou verdades espirituais, à medida que formulamos o mundo, implicitamente, favorecemos certas formas de vida em lugar de outras. Portanto, o cientista pode, por exemplo, usar os métodos mais rigorosos para se testar a inteligência e produzir grandes volumes de dados que indicam diferenças raciais na inteligência. No entanto, presumir que existe algo chamado *inteligência humana*, que as pessoas possuem tal capacidade em diferentes níveis e que uma série de jogos de perguntas e respostas revelam essa capacidade é algo específico de uma determinada tradição ou paradigma. Tais conceitos e medidas não são requisitados pela “forma que o mundo é”. Principalmente, simplesmente en-

para os participantes. Isto é *um gol*, você tem *uma depressão*, aquilo é *um mamífero* etc. Contudo, como se nota rapidamente, essas palavras são imensamente importantes para sustentar tais relacionamentos. Não apenas elas representam os acordos em relação ao que existe para os participantes, como também constituem essencialmente a cola que une suas formas de vida – ou tradições – em si. Qual é o sentido de um julgamento sem uma linguagem de culpa e inocência? O que seria a profissão da psicologia sem uma linguagem da mente? E o que seria da religião se nós abandonássemos a linguagem do espírito?

Nesse contexto percebemos o enorme poder que é inerente à transformação do uso da linguagem. Quando podemos alterar as maneiras em que a linguagem é usada, desenvolver novas formas de falar ou mudar o contexto de uso, nós plantamos as sementes da mudança humana. Ao mesmo tempo, vemos um terreno de resistência profunda e enraizada.

#### A política do conhecimento

O construcionismo social compartilha muito com uma visão pragmática das reivindicações de conhecimento. Isto é, questões tradicionais de verdade e objetividade são substituídas por interesses nos resultados práticos. O que interessa não é se uma perspectiva é verdadeira de um ponto de vista onisciente; ao contrário, nos perguntamos quais são os resultados em nossa vida de se levar a sério qualquer reivindicação de verdade. Podem existir muitas verdades, dependendo das tradições das comunidades, mas como o construcionista pergunta, o que acontece conosco – de bom e de ruim – ao honrarmos uma posição em vez de outra?

Não há palavras com significado sem consequências. Nesse sentido, a maior consciência da construção comunitária do real e do bom faz muito mais do que balançar nossas crenças na verdade, na objetividade e no conhecimento – para além da história e da cultura. Também está sendo questionado o direito de qualquer grupo – científico ou não – de reivindicar a autoridade máxima sobre o conhecimento.

Tal conclusão vem tendo enormes repercussões na comunidade acadêmica e em outras comunidades. Isso acontece em especial para estudiosos e profissionais preocupados com a injustiça social, a opressão e a marginalização de grupos minoritários na sociedade. Se as comunidades criam realidades (fatos e boas razões) de acordo com suas próprias tradições, e essas realidades são estabelecidas como verdadeiras e boas para todos, então tradições alternativas podem ser desconsideradas. Independentemente de estarmos falando de fatos científicos, cânones de lógica, bases da lei ou verdades espirituais, à medida que formulamos o mundo, implicitamente, favorecemos certas formas de vida em lugar de outras. Portanto, o cientista pode, por exemplo, usar os métodos mais rigorosos para se testar a inteligência e produzir grandes volumes de dados que indicam diferenças raciais na inteligência. No entanto, presumir que existe algo chamado *inteligência humana*, que as pessoas possuem tal capacidade em diferentes níveis e que uma série de jogos de perguntas e respostas revelam essa capacidade é algo específico de uma determinada tradição ou paradigma. Tais conceitos e medidas não são requisitados pela “forma que o mundo é”. Principalmente, simplesmente en-

trar no paradigma e seguir a tradição é muito prejudicial para aquelas pessoas classificadas como inferiores por seus padrões. Ou, em outras palavras, a antiga distinção entre fatos e valores – reflexos objetivos do mundo e desejos subjetivos ou sentimentos a respeito de deveres – não pode ser sustentada.

Como vemos, a sensibilidade à política do real e do bom leva a uma ampla postura crítica. Podemos perguntar sobre todas as reivindicações de conhecimento, sabedoria, *insight* etc. “o que vem depois?”, “quem se beneficia?”, e “quem é silenciado?”. Infelizmente, no entanto, muitos daqueles voltados para uma postura crítica simplesmente param por aí. A lagarta nunca se torna uma borboleta. Entender a política do conhecimento também abre a porta para a apreciação. Não é apenas “o que perdemos” em qualquer tradição do conhecimento que é importante, mas o que ganhamos também. Todas as construções criam limites em nossa vida, mas sem as construções não há nada que valha a pena perseguir. Em minha opinião, o construcionismo nos convida a um diálogo sobre as possibilidades e as restrições que herdamos do passado. Além disso, para ressaltar um tema anterior, é através de tais diálogos que somos convidados a criar novas ordens de inteligibilidade. Partindo dessas novas amálgamas podemos seguir em direção a formas de vidas mais ricas e mais abrangentes.

#### Do eu ao relacionamento

Como discutido anteriormente, os diálogos construcionistas desviam nossa atenção do agente individual para os relacionamentos coordenados. O drama aqui é considerável. Imagine: se lhe

pedissem para descrever a sua família, é provável que você começasse a falar dos membros da sua família. Você poderia descrever as diferentes personalidades do seu pai ou da sua mãe, talvez de um irmão ou irmã. Você poderia também descrever os seus sentimentos em relação a cada um deles e o impacto que causam na sua vida. Essa forma comum de se descrever a família é reveladora: o quão rápida e facilmente supomos que o grupo é formado por seres independentes, cada um com características particulares, sentimentos pessoais e percepções dos outros. Uma descrição semelhante seria dada de uma turma de colégio, uma comunidade ou da vida em uma organização. A suposição velada e não-analisada é que agentes individuais formam os átomos básicos da vida social. Cada um de nós age de acordo com doutrinas internas – de cognição, emoção, motivação etc. Cada um de nós é responsável por suas próprias ações.

No entanto, como propõe o construcionista, tudo o que consideramos ser real, verdadeiro, bom, valioso e desejável surge de um processo de coordenação. Pode-se dizer o mesmo da nossa distinção entre *você* e *eu*. O vocabulário de mentes individuais não é exigido pela “forma como as coisas são”, assim como não o é a crença na independência fundamental. A concepção de seres humanos pode variar drasticamente tanto entre culturas quanto ao longo da história, e mesmo na cultura ocidental o *status* preeminente do eu individual tem uma história recente. Antes do século XVI, o indivíduo comum era tipicamente identificado em termos do grupo ao qual pertencia – a família, o clã ou a profissão. O fato de a concepção de eus individuais ser construída não é

uma crítica em si. Na verdade, muitas das nossas tradições mais valiosas – democracia, educação pública, proteção pela lei – baseiam sua lógica na tradição individualista. Contudo, reconhecer a contingência histórica e cultural das crenças individualistas realmente abre as portas para reflexão. Devemos nos conformar com o *status quo*?

Como muitos argumentam, há um grande lado ruim em se construir um mundo de agentes individuais. Quando fazemos uma distinção fundamental entre o *eu* e o *outro*, criamos um mundo de distâncias: *eu aqui* e  *você aí*. Passamos a nos entender como seres basicamente sozinhos e alienados. Passamos a valorizar a autonomia – tornar-se um “homem independente”, que “faz tudo ao seu jeito”. Ser dependente é um sinal de fraqueza e incapacidade. Entender o mundo como constituído por indivíduos separados é também atrair a desconfiança; afinal, nunca temos acesso aos pensamentos particulares dos outros. E se somos alienados e desconfiados, o que é mais apropriado do que “cuidar da pessoa mais importante”? O ganho pessoal se torna uma virtude absoluta – realmente, para o economista, é um cálculo racional inevitável – até que o eticista aparece e defende que “amemos o outro como nos amamos”. Lealdade, compromisso e comunidade são todos questionados, pois todos podem potencialmente interferir com a “realização pessoal”. São essas as visões que circulam amplamente pela cultura de hoje. Podemos não querer abandonar a tradição do eu individual, mas o construcionismo nos convida a explorar e criar alternativas.

Um movimento em direção a um entendimento relacional da ação hu-

mana está ganhando força e novas práticas estão surgindo em muitas áreas. No nível conceitual, teóricos de muitas perspectivas diferentes estão tentando articular uma visão de um eu relacional. Por exemplo, à medida que a teoria psicanalítica se voltou para *relações de objeto*, os terapeutas se tornaram mais interessados nas relações complexas entre transferência e contratransferência. Não se pode mais ver o terapeuta tendo uma “atenção equiflutuante”, pois o funcionamento psicológico do terapeuta não pode ser dissociado do funcionamento do cliente. Terapeutas de família começaram a valorizar o poder de mudar de narrativas individuais para narrativas relacionais. Em outra área, muitos teóricos do desenvolvimento e educadores estão trabalhando com as implicações da visão inicial de Vygotsky de que tudo na mente é um reflexo da esfera social à volta. Com base nessa perspectiva, não existem processos de pensamento rigorosamente independentes, pois todos esses processos são moldados dentro de determinados cenários culturais. Estimulados por esses desenvolvimentos, psicólogos culturais agora exploram formas de pensamento e emoção inerentes a certos povos. Psicólogos voltados para o discurso dão uma maior dimensão à teoria relacional ao ressituar os chamados *fenômenos mentais* nos padrões de troca discursiva. Por exemplo, em vez de ver a memória, as atitudes ou a repressão como processos “na cabeça” de um único indivíduo, elas são reconceitualizadas como um fenômeno relacional. Passamos, então, a falar de uma *memória comunitária*, atitudes como posições em um argumento e repressão como um resultado de conversação cir-

uma crítica em si. Na verdade, muitas das nossas tradições mais valiosas – democracia, educação pública, proteção pela lei – baseiam sua lógica na tradição individualista. Contudo, reconhecer a contingência histórica e cultural das crenças individualistas realmente abre as portas para reflexão. Devemos nos conformar com o *status quo*?

Como muitos argumentam, há um grande lado ruim em se construir um mundo de agentes individuais. Quando fazemos uma distinção fundamental entre o *eu* e o *outro*, criamos um mundo de distâncias: eu *aquí* e você *alá*. Passamos a nos entender como seres basicamente sozinhos e alienados. Passamos a valorizar a autonomia – tornar-se um “homem independente”, que “faz tudo ao seu jeito”. Ser dependente é um sinal de fraqueza e incapacidade. Entender o mundo como constituído por indivíduos separados é também atrair a desconfiança; afinal, nunca temos acesso aos pensamentos particulares dos outros. E se somos alienados e desconfiados, o que é mais apropriado do que “cuidar da pessoa mais importante”? O ganho pessoal se torna uma virtude absoluta – realmente, para o economista, é um cálculo racional inevitável – até que o eticista aparece e defende que “amemos o outro como nos amamos”. Lealdade, compromisso e comunidade são todos questionados, pois todos podem potencialmente interferir com a “realização pessoal”. São essas as visões que circulam amplamente pela cultura de hoje. Podemos não querer abandonar a tradição do eu individual, mas o construcionismo nos convida a explorar e criar alternativas.

Um movimento em direção a um entendimento relacional da ação hu-

mana está ganhando força e novas práticas estão surgindo em muitas áreas. No nível conceitual, teóricos de muitas perspectivas diferentes estão tentando articular uma visão de um eu relacional. Por exemplo, à medida que a teoria psicanalítica se voltou para *relações de objeto*, os terapeutas se tornaram mais interessados nas relações complexas entre transferência e contratransferência. Não se pode mais ver o terapeuta tendo uma “atenção equiflutuante”, pois o funcionamento psicológico do terapeuta não pode ser dissociado do funcionamento do cliente. Terapeutas de família começaram a valorizar o poder de mudar de narrativas individuais para narrativas relacionais. Em outra área, muitos teóricos do desenvolvimento e educadores estão trabalhando com as implicações da visão inicial de Vygotsky de que tudo na mente é um reflexo da esfera social à volta. Com base nessa perspectiva, não existem processos de pensamento rigorosamente independentes, pois todos esses processos são moldados dentro de determinados cenários culturais. Estimulados por esses desenvolvimentos, psicólogos culturais agora exploram formas de pensamento e emoção inerentes a certos povos. Psicólogos voltados para o discurso dão uma maior dimensão à teoria relacional ao ressituar os chamados *fenômenos mentais* nos padrões de troca discursiva. Por exemplo, em vez de ver a memória, as atitudes ou a repressão como processos “na cabeça” de um único indivíduo, elas são reconceitualizadas como um fenômeno relacional. Passamos, então, a falar de uma *memória comunitária*, atitudes como posições em um argumento e repressão como um resultado de conversação cir-

cunscrita. Minha própria orientação na comunicação terapêutica, sobre a qual falarei em breve, é estreitamente ligada a esse trabalho.

Ligadas a esses desenvolvimentos na teoria estão incontáveis experiências na prática relacional. Certamente, muitas dessas experiências são resultado de inovações na profissão terapêutica. Elas serão analisadas mais completamente ao longo do volume. No entanto, o enriquecimento de práticas no domínio terapêutico ocorre paralelamente a desenvolvimentos em várias outras profissões. Para mencionar algumas, os métodos de pesquisa nas ciências sociais estão passando por uma profunda mudança, na medida em que estudiosos procuram formas de colocar aqueles que tradicionalmente são os objetos de estudo em diálogo produtivo com o pesquisador. A pesquisa de ação participativa representa um grande florescimento de tais tentativas, com o pesquisador trabalhando com vários indivíduos ou grupos para realizar a mudança necessária. Na esfera educacional, vemos um crescente investimento em salas de aula colaborativas, ligações relacionais entre professor e aluno, desempenho coletivo e formas dialógicas de pedagogia. Especialistas de desenvolvimento organizacional agora procuram formas de reduzir a lacuna entre o *líder* e o *seguidor*, e de conceitualizar a liderança como uma configuração dos relacionamentos em particular. Práticas de mudança organizacional de cima para baixo são substituídas por deliberação em grupo e produção de sentido colaborativa. Outras práticas que se centram em processos relacionais podem ser vistas nas esferas do desenvolvimento comunitário, serviço social e redução de conflitos.

É importante notar que essa explosão da teoria e prática relacional não descarta simultaneamente o que a precedeu. Diferentemente das abordagens tradicionais do conhecimento, o construcionismo não tenta eliminar as ideias e práticas previamente existentes. Não há motivo para silenciar nenhuma tradição. Pelo contrário, o convite é para se expandir o que está disponível para a humanidade. Portanto, a pesquisa experimental tradicional e a análise estatística não são abandonadas, assim como não são a antiga forma de ensinar ou a liderança carismática. O que o construcionismo faz é nos convidar a ver os limites dessas tradições, expandir nosso diálogo e enriquecer nossas práticas de formas compatíveis com uma perspectiva relacional.

Esses quatro temas – *Centrando na construção social do real e do bom, A função central da linguagem na criação de mundos inteligíveis, A natureza política e pragmática do discurso e A importância do processo relacional em oposição às mentes individuais* – se espalharam pelas disciplinas acadêmicas e por muitos domínios da prática humana. Como se pode notar, todos esses desenvolvimentos são polêmicos. O leitor que queira se aprofundar pode explorar as várias críticas e seus defensores. No entanto, tais ideias também possuem um enorme potencial. Elas têm a capacidade de diminuir ordens de opressão, expandir os diálogos de troca humana, aguçar a sensibilidade aos limites de nossas tradições e de suas contribuições em potencial, e de incentivar a criação colaborativa de futuros mais viáveis. Esse é o caso da terapia, pois ela está no contexto global.

A comunidade terapêutica há muito tempo participa nos diálogos construcionistas. Já em 1993, Sheila McNamee e eu editamos um livro, *A terapia como construção social*, livro este que foi traduzido para várias línguas e tem uma existência feliz no território da terapia de família em especial. Esse livro trouxe para o diálogo comum as vozes de terapeutas sistêmicos, narrativos, construtivistas e breves – entre outros –, e sugeriu uma grande mudança de maré no pensamento e na prática. Entretanto, para preparar o terreno para essas explorações, será muito útil analisar uma questão mais detalhadamente. Especificamente, gostaria de me concentrar no processo de comunicação terapêutica. O processo é de grande importância, não apenas para os resultados da terapia, como também para a própria ideia de um mundo construído. Essa discussão também vai ajudar a esclarecer diferenças entre o construcionismo e tradições contrastantes, e a apreciar seu caráter profundamente relacional. Depois de abordar alguns dos rudimentos do processo de comunicação, podemos nos concentrar em aplicações específicas na prática terapêutica.

### **A COMUNICAÇÃO TERAPÊUTICA RECONSIDERADA**

A terapia eficaz muitas vezes parece mágica. Um problema arrasador é descrito no silencioso retiro de um cômodo longe de toda a turbulência. Perguntas e respostas, histórias boas e ruins, explosões emocionais, um pouco de silêncio e talvez algumas lágrimas – tudo isso pode acontecer. E, então, quase que por intervenção mi-

lagrosa, acontece a mudança. O problema é transformado, parece menos sério ou possivelmente é resolvido. Mas – nos perguntamos – como o resultado foi alcançado? O que existe nessa configuração particular de eventos que trouxe a mudança? Uma possibilidade central para responder essa forma específica de “pergunta milagrosa” é a comunicação terapêutica. Há alguma coisa na natureza da troca comunicativa que produz mudança. Mas responder dessa maneira não é sequer suficiente. Como vamos compreender o processo de comunicação? O que exatamente na comunicação traz a transformação? Que formas de comunicação são preferíveis; como podemos ser mais eficazes?

Essas questões não são nada novas. Elas são um foco de concentração desde a época em que Freud propôs a lógica da interpretação do inconsciente até o trabalho inovador de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967). Como também o desafio lançado por essas questões não é de natureza simplesmente teórica – um exercício acadêmico com poucas conseqüências. Pelo contrário, as concepções da comunicação terapêutica se situam mais para o centro da prática. Sejam rudimentares ou conceitualmente ricas, nossas suposições sobre a comunicação informam e se insinuam em todas as práticas terapêuticas. Imagine um cliente que reclama da sua falta de desejo sexual. Se você faz aconselhamento de casais, você provavelmente tratará essas palavras como uma representação precisa da realidade e oferecerá um programa de apoio. Por outro lado, se você é um psicanalista, provavelmente vai desconsiderar a descrição do cliente sobre sua vida e vai usar as palavras dele como

A comunidade terapêutica há muito tempo participa nos diálogos construcionistas. Já em 1993, Sheila McNamee e eu editamos um livro, *A terapia como construção social*, livro este que foi traduzido para várias línguas e tem uma existência feliz no território da terapia de família em especial. Esse livro trouxe para o diálogo comum as vozes de terapeutas sistêmicos, narrativos, construtivistas e breves – entre outros –, e sugeri uma grande mudança de maré no pensamento e na prática. Entretanto, para preparar o terreno para essas explorações, será muito útil analisar uma questão mais detalhadamente. Especificamente, gostaria de me concentrar no processo de comunicação terapêutica. O processo é de grande importância, não apenas para os resultados da terapia, como também para a própria ideia de um mundo construído. Essa discussão também vai ajudar a esclarecer diferenças entre o construcionismo e tradições contrastantes, e a apreciar seu caráter profundamente relacional. Depois de abordar alguns dos rudimentos do processo de comunicação, podemos nos concentrar em aplicações específicas na prática terapêutica.

#### A COMUNICAÇÃO TERAPÊUTICA RECONSIDERADA

A terapia eficaz muitas vezes parece mágica. Um problema arrasador é descrito no silencioso retiro de um cômodo longe de toda a turbulência. Perguntas e respostas, histórias boas e ruins, explosões emocionais, um pouco de silêncio e talvez algumas lágrimas – tudo isso pode acontecer. E, então, quase que por intervenção mi-

lagrosa, acontece a mudança. O problema é transformado, parece menos sério ou possivelmente é resolvido. Mas – nos perguntamos – como o resultado foi alcançado? O que existe nessa configuração particular de eventos que trouxe a mudança? Uma possibilidade central para responder essa forma específica de “pergunta mi-lagrosa” é a comunicação terapêutica. Há alguma coisa na natureza da troca comunicativa que produz mudança. Mas responder dessa maneira não é sequer suficiente. Como vamos compreender o processo de comunicação? O que exatamente na comunicação traz a transformação? Que formas de comunicação são preferíveis; como podemos ser mais eficazes?

Essas questões não são nada novas. Elas são um foco de concentração desde a época em que Freud propôs a lógica da interpretação do inconsciente até o trabalho inovador de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967). Como também o desafio lançado por essas questões não é de natureza simplesmente teórica – um exercício acadêmico com poucas conseqüências. Pelo contrário, as concepções da comunicação terapêutica se situam mais para o centro da prática. Sejam rudimentares ou conceitualmente ricas, nossas suposições sobre a comunicação informam e se insinuam em todas as práticas terapêuticas. Imagine um cliente que reclama da sua falta de desejo sexual. Se você faz aconselhamento de casais, você provavelmente tratará essas palavras como uma representação precisa da realidade e oferecerá um programa de apoio. Por outro lado, se você é um psicanalista, provavelmente vai desconsiderar a descrição do cliente sobre sua vida e vai usar as palavras dele como

mensagens de um mundo obscuro, a saber, o domínio do inconsciente. Para o terapeuta construtivista, entretanto, as mesmas palavras não são nem descrições do mundo real nem manifestações de desejos reprimidos, mas indicadores do mundo visto da perspectiva do cliente. O terapeuta pode então questionar a lógica dessa perspectiva, suas possíveis distorções e assim por diante. E, para o terapeuta de família estruturalista, as palavras do cliente podem não ser entendidas em nenhuma dessas maneiras, mas como indicações da configuração das relações familiares. Neste caso, o terapeuta pode abordar as formas como essa falta de desejo expressa está relacionada com as ações de outros membros da família. Cada suposição sobre a natureza da linguagem e do processo de comunicação resulta em uma postura terapêutica diferente.

A seguir, gostaria de considerar inicialmente várias grandes suposições que servem de base para a maioria das práticas terapêuticas desenvolvidas até hoje. Muito se pode falar a favor de tais suposições, mas em cada caso quero ressaltar as principais falhas. Apesar de nossa herança conceitual ser rica, nossas suposições tradicionais sobre a comunicação terapêutica bloqueiam nossa visão e erguem barreiras as quais nossas práticas não conseguem superar. Começarei a propor os rudimentos de uma teoria da comunicação construcionista. Neste relato, vemos uma forte ruptura com o passado, uma virada para um relacionalismo radical. Quero, por fim, considerar algumas implicações específicas para a prática terapêutica. Ao explorarmos uma nova visão do processo de comunicação, geramos novas sensibilidades e criamos novas opções.

#### TRADIÇÕES EM PERIGO

A comunidade terapêutica herda uma inestimável tradição de pensamento sobre a natureza da comunicação. Ao mesmo tempo, essa tradição agora enfrenta uma crescente crítica – tanto por parte de terapeutas tentando posicioná-la na ação, quanto por parte de estudiosos explorando sua estrutura conceitual. Consideremos rapidamente várias suposições tradicionais e os problemas críticos que elas criam.

**A Hipótese Realista.** Uma das visões de linguagem mais compartilhadas tem como base a suposição de que as palavras são (ou podem ser) refletoras do real. Isto é, a linguagem pode (e deve) funcionar para proporcionar descrições precisas daquilo que se quer relatar. Esta é a visão herdada pela maior parte das ciências em suas tentativas de substituir crenças enganosas, falaciosas ou supersticiosas por descrições do mundo verdadeiras e precisas. Para muitos terapeutas, também é essencial distinguir entre descrições do cliente que são corretas, realistas e verdadeiras, e aquelas que são distorcidas, fantasiosas ou dissimuladas. A hipótese realista também é central para aqueles que tentam desenvolver categorias e medidas diagnósticas de patologia. No dia a dia, esta visão apoia a distinção entre fatos objetivos e opiniões subjetivas, e dá peso moral a demandas de que as pessoas “falem a verdade”.

Há muito a se dizer sobre a importância dessa tradição tanto para a vida científica quanto para a vida cultural. No entanto, como a discussão anterior deixa claro, a hipótese realista é muito falha. Não existe uma relação privilegiada entre uma determinada língua e o estado das coisas; não há um arran-

jo de palavras e frases em particular que seja moldado unicamente para “o mundo como ele é”. Pelo contrário, como vimos, declarações sobre o real e o verdadeiro estão sempre inseridas em relações – amizades, famílias, comunidades, tradições. Dentro dessas relações podem existir incontestáveis realidades – “enfarto do miocárdio” na medicina, uma “cesta de três pontos” no basquete, e assim por diante. Neste sentido, dizer uma mentira não é representar o mundo erroneamente, mas violar uma tradição comunitária.

**A Hipótese Subjetivista.** Geralmente, ligada à hipótese realista está uma segunda visão também antiga. Como tipicamente se diz, cada um de nós existe em nossos mundos particulares de experiência; uma mente separada e que reflete sobre a natureza – um estado de subjetividade que reflete condições do mundo objetivo de formas variadas. Nesta hipótese, as palavras que falamos são consideradas expressões externas do mundo interior – a manifestação da mente subjetiva. Esta visão tem um papel importante na ciência, pois consideramos que as palavras dos cientistas refletem sua experiência do mundo e demandamos que as observações sejam compartilhadas para garantir uma concordância entre as subjetividades (objetividade como subjetividade compartilhada). A hipótese é fundamental para quase todas as terapias do século passado, com exceção talvez dos métodos behavioristas radicais dos anos 1950 e 60. Em quase todos os casos, ouvimos a linguagem de um cliente como uma expressão exterior da experiência privada (ou, como no caso freudiano, daquilo que subjaz a experiência consciente e lhe dá for-

ma). E esta hipótese é um traço comum nas relações cotidianas, pois falamos das dificuldades de entender o que os outros querem dizer com suas palavras ou como eles “realmente se sentem”. Acreditamos que a intimidade é um reflexo da proximidade entre duas subjetividades independentes.

Aqui, vou apenas tocar brevemente nos problemas da subjetividade. Dois desses problemas são focais, o primeiro conceitual e o segundo ideológico. No nível conceitual, é importante notar que ninguém conseguiu ainda elaborar uma descrição sustentável de como as palavras de uma pessoa nos dão acesso a seu mundo interior. Com base nas palavras de outra pessoa, não temos como saber o que elas dizem sobre o estado subjetivo do falante. Teóricos hermenêuticos, interessados em como podemos entender com precisão as intenções por trás das palavras da Bíblia ou das escrituras sagradas, se preocupam com o problema do “acesso interno” há mais de três séculos. Uma resposta satisfatória para essa pergunta nunca esteve próxima. No importante trabalho de Hans Georg Gadamer (1975), a ênfase principal muda para o horizonte de entendimento que o leitor inevitavelmente traz para o texto. Segundo Gadamer, todas as leituras necessariamente baseiam-se nesta estrutura de entendimento pré-existente – o que o leitor presume do mundo, da escrita, do autor e assim por diante. E a leitura inevitavelmente se dá a partir desse horizonte. A uma conclusão muito parecida chegam vários teóricos voltados para a reação do leitor nos estudos literários. Como Stanley Fish (1980) argumenta, cada leitor é um membro de alguma comunidade

jo de palavras e frases em particular que seja moldado unicamente para “o mundo como ele é”. Pelo contrário, como vimos, declarações sobre o real e o verdadeiro estão sempre inseridas em relações – amizades, famílias, comunidades, tradições. Dentro dessas relações podem existir incontestáveis realidades – “enfarto do miocárdio” na medicina, uma “cesta de três pontos” no basquete, e assim por diante. Neste sentido, dizer uma mentira não é representar o mundo erroneamente, mas violar uma tradição comunitária.

**A Hipótese Subjetivista.** Geralmente, ligada à hipótese realista está uma segunda visão também antiga. Como tipicamente se diz, cada um de nós existe em nossos mundos particulares de experiência; uma mente separada e que reflete sobre a natureza – um estado de subjetividade que reflete condições do mundo objetivo de formas variadas. Nesta hipótese, as palavras que falamos são consideradas expressões externas do mundo interior – a manifestação da mente subjetiva. Esta visão tem um papel importante na ciência, pois consideramos que as palavras dos cientistas refletem sua experiência do mundo e demandamos que as observações sejam compartilhadas para garantir uma concordância entre as subjetividades (objetividade como subjetividade compartilhada). A hipótese é fundamental para quase todas as terapias do século passado, com exceção talvez dos métodos behavioristas radicais dos anos 1950 e 60. Em quase todos os casos, ouvimos a linguagem de um cliente como uma expressão exterior da experiência privada (ou, como no caso freudiano, daquilo que subjaz a experiência consciente e lhe dá for-

ma). E esta hipótese é um traço comum nas relações cotidianas, pois falamos das dificuldades de entender o que os outros querem dizer com suas palavras ou como eles “realmente se sentem”. Acreditamos que a intimidade é um reflexo da proximidade entre duas subjetividades independentes.

Aqui, vou apenas tocar brevemente nos problemas da subjetividade. Dois desses problemas são focais, o primeiro conceitual e o segundo ideológico. No nível conceitual, é importante notar que ninguém conseguiu ainda elaborar uma descrição sustentável de como as palavras de uma pessoa nos dão acesso a seu mundo interior. Com base nas palavras de outra pessoa, não temos como saber o que elas dizem sobre o estado subjetivo do falante. Teóricos hermenêuticos, interessados em como podemos entender com precisão as intenções por trás das palavras da Bíblia ou das escrituras sagradas, se preocupam com o problema do “acesso interno” há mais de três séculos. Uma resposta satisfatória para essa pergunta nunca esteve próxima. No importante trabalho de Hans Georg Gadamer (1975), a ênfase principal muda para o horizonte de entendimento que o leitor inevitavelmente traz para o texto. Segundo Gadamer, todas as leituras necessariamente baseiam-se nesta estrutura de entendimento pré-existente – o que o leitor presume do mundo, da escrita, do autor e assim por diante. E a leitura inevitavelmente se dá a partir desse horizonte. A uma conclusão muito parecida chegam vários teóricos voltados para a reação do leitor nos estudos literários. Como Stanley Fish (1980) argumenta, cada leitor é um membro de alguma comunidade

interpretativa, uma rede de pessoas que compreendem o mundo de certas maneiras. E qualquer interpretação do texto que seja feita, inevitavelmente, se apoiará nessas compreensões. Basicamente, o leitor nunca faz uma ligação autêntica com a subjetividade do autor; não há como escapar do ponto de vista que se traz para a interpretação.

A conclusão sombria dessa linha crítica é que nunca temos acesso à subjetividade do outro; nunca entendemos um ao outro! Retomaremos este problema em breve. Entretanto, há uma segunda linha de ataque na hipótese da subjetividade que ecoa nossa discussão anterior sobre a política do conhecimento. Aqui, de formas diferentes, propõe-se que, ao se dar tanta importância para a subjetividade individual, damos mais apoio a uma ideologia individualista, uma ideologia prejudicial ao nosso futuro cultural. Para reiterar algumas das críticas anteriores, quando consideramos a subjetividade individual o ingrediente essencial da humanidade, simultaneamente construímos um mundo de indivíduos fundamentalmente isolados, cada um trancado dentro de seu próprio mundo particular. Tudo em que podemos contar, no final, somos nós mesmos. Os outros são, por natureza, estranhos, e como o egoísmo é a opção óbvia em tais condições, os outros podem realmente ser vistos como inimigos em potencial. Quando a qualidade da subjetividade individual é soberana, todas as formas de relacionamentos – casamento, amizade, família, comunidade – são necessariamente artificiais e secundárias. Se essa forma de ideologia mantiver sua força penetrante na vida cultural, o futuro pare-

ce negro. Em geral, a hipótese subjetivista é socialmente corrosiva.

**A Hipótese Estratégica.** Existe uma terceira hipótese problemática sobre a comunicação que muitas vezes é adotada por terapeutas em especial. Com frequência, defende-se que a comunicação opera como o meio principal através do qual os indivíduos influenciam as ações uns dos outros. Mais especificamente, argumenta-se, cada um de nós usa a linguagem para alcançar nossos objetivos, satisfazer nossos desejos etc. Por causa das complexidades da vida cotidiana, precisamos considerar racionalmente o que podemos dizer, quando, onde e para quem. A linguagem, portanto, geralmente funciona como uma ferramenta estratégica através da qual nós alcançamos nossos objetivos. É neste sentido, também, que o terapeuta pode selecionar suas palavras com cuidado e inseri-las na conversação no momento apropriado para mudar o cliente ou o padrão das relações familiares.

Em vista da discussão anterior, os problemas da hipótese estratégica requerem pouca atenção. Por exemplo, esta hipótese se baseia muito na tradição subjetivista – “Eu desejo e planejo e, portanto, falo”. Nesse sentido, a hipótese estratégica sofre dos mesmos enigmas conceituais e falhas ideológicas recém-discutidos. Os objetivos particulares são preeminentes; os outros se tornam secundários, meras utilidades a serviço do *eu*. Quando detalhamos as implicações da hipótese estratégica, a crítica se intensifica. Quando entendemos a comunicação como algo que fundamentalmente serve para fins privados, as relações humanas se tornam um mar de manipulação. Quando vemos a comunicação des-

sa maneira, atos de confiança parecem ingênuos; o comprometimento, um sinal de fraqueza; e a busca pelos direitos humanos, um pouco mais do que uma manobra política. Até mesmo o terapeuta diminui sua credibilidade, pois a motivação por trás de sua comunicação com o cliente se torna suspeita. O terapeuta pode ser visto como um grande manipulador e os clientes podem passar a ver a si próprios como meros fantoches. Uma orientação estratégica pode ser fragmentadora.

### **A COMUNICAÇÃO COMO AÇÃO COORDENADA**

Do meu ponto de vista, há uma transformação significativa acontecendo em muitos setores da comunidade terapêutica. Existe um grande descontentamento com as tradições que pressupõem a existência de um inconsciente, de doença mental, de problemas especificamente individuais e a suposição de um conhecimento neutro em relação aos valores. Muitos terapeutas estão desanimados com a padronização das técnicas terapêuticas, dos manuais de diagnóstico e dos modelos mecânicos do funcionamento individual ou familiar. Muitos terapeutas também querem muito abandonar as orientações realista e estratégica da comunicação e considerar as dúvidas na mente como a fonte da ação humana. Há um crescente interesse pela significância da criação de sentido comunitária, a natureza construída da realidade, processos co-construtivos na terapia e o caráter cultural e político da prática terapêutica. Questões de narrativa, metáfora, definição e resolução de problemas e múltiplas realidades são tópicos de vívida discussão. Basicamente, uma sensibilidade construcionista já está tomando conta de muitas áreas terapêuticas.

A pergunta que precisa ser feita agora é se uma concepção alternativa de comunicação humana pode ser estabelecida, uma concepção que é ao mesmo tempo mais catalítica e adequada a tal movimento. Pode tal concepção evitar repetir os problemas herdados nas tradições anteriores? Acredito que uma nova visão da comunicação humana possa realmente derivar dos diálogos construcionistas, não apenas à medida que eles acontecem dentro dos círculos terapêuticos, mas também à medida que eles vêm se desenvolvendo nos domínios vizinhos da etnometodologia, da história da ciência, da sociologia do conhecimento, da psicologia discursiva, da teoria literária e da teoria da comunicação. Em cada um desses casos, há uma forte tendência a posicionar o lugar do significado dentro do próprio processo de interação. Isto é, o agente individual não é mais enfatizado como a fonte do significado; a atenção passa do *dentro* para o *entre*.

Apesar de o reconhecimento do caráter conjuntamente construído do significado estar se tornando cada vez mais difundido, ainda não existe uma descrição abrangente de como tal processo ocorre. Se aceitamos tal orientação, quais são as implicações da ação, quais novos recursos conceituais podem ser mobilizados, que novas perguntas são levantadas? Para aprofundar o diálogo, a seguir farei uma incursão preliminar nesses domínios. Ofereço, aqui, uma série de proposições rudimentares que posicionam o significado justamente dentro da matriz relacional:

sa maneira, atos de confiança parecem ingênuos; o comprometimento, um sinal de fraqueza; e a busca pelos direitos humanos, um pouco mais do que uma manobra política. Até mesmo o terapeuta diminui sua credibilidade, pois a motivação por trás de sua comunicação com o cliente se torna suspeita. O terapeuta pode ser visto como um grande manipulador e os clientes podem passar a ver a si próprios como meros fantoches. Uma orientação estratégica pode ser fragmentadora.

### A COMUNICAÇÃO COMO AÇÃO COORDENADA

Do meu ponto de vista, há uma transformação significativa acontecendo em muitos setores da comunidade terapêutica. Existe um grande descontentamento com as tradições que pressupõem a existência de um inconsciente, de doença mental, de problemas especificamente individuais e a suposição de um conhecimento neutro em relação aos valores. Muitos terapeutas estão desanimados com a padronização das técnicas terapêuticas, dos manuais de diagnóstico e dos modelos mecânicos do funcionamento individual ou familiar. Muitos terapeutas também querem muito abandonar as orientações realista e estratégica da comunicação e considerar as dúvidas na mente como a fonte da ação humana. Há um crescente interesse pela significância da criação de sentido comunitária, a natureza construída da realidade, processos construtivos na terapia e o caráter cultural e político da prática terapêutica. Questões de narrativa, metáfora, definição e resolução de problemas e múltiplas

realidades são tópicos de vívida discussão. Basicamente, uma sensibilidade construcionista já está tomando conta de muitas áreas terapêuticas.

A pergunta que precisa ser feita agora é se uma concepção alternativa de comunicação humana pode ser estabelecida, uma concepção que é ao mesmo tempo mais catalítica e adequada a tal movimento. Pode tal concepção evitar repetir os problemas herdados nas tradições anteriores? Acredito que uma nova visão da comunicação humana possa realmente derivar dos diálogos construcionistas, não apenas à medida que eles acontecem dentro dos círculos terapêuticos, mas também à medida que eles vêm se desenvolvendo nos domínios vizinhos da etnometodologia, da história da ciência, da sociologia do conhecimento, da psicologia discursiva, da teoria literária e da teoria da comunicação. Em cada um desses casos, há uma forte tendência a posicionar o lugar do significado dentro do próprio processo de interação. Isto é, o agente individual não é mais enfatizado como a fonte do significado; a atenção passa do *dentro* para o *entre*.

Apesar de o reconhecimento do caráter conjuntamente construído do significado estar se tornando cada vez mais difundido, ainda não existe uma descrição abrangente de como tal processo ocorre. Se aceitamos tal orientação, quais são as implicações da ação, quais novos recursos conceituais podem ser mobilizados, que novas perguntas são levantadas? Para aprofundar o diálogo, a seguir farei uma incursão preliminar nesses domínios. Ofereço, aqui, uma série de proposições rudimentares que posicionam o significado justamente dentro da matriz relacional:

### As declarações de um indivíduo não possuem nenhum significado em si.

Nós cruzamos na rua. Eu sorrio e digo: "Olá, Anna". Você passa sem ouvir. Em tais condições, o que eu disse? Reconhecidamente, eu disse duas palavras. No entanto, não faria diferença se eu tivesse escolhido duas sílabas sem sentido. Você passa e eu digo "Umlot nigen...". Você não ouve nada. Quando você não me percebe de nenhuma forma, todas as palavras se tornam equivalentes. De uma maneira importante, absolutamente nada foi dito. Não tenho como possuir sentido sozinho.

### O potencial para o significado é realizado através de ação suplementar.

Declarações isoladas começam a adquirir significado quando outro (ou outros) se coordenam à declaração, isto é, quando eles adicionam alguma forma de ação suplementar (seja linguística ou não). Efetivamente, cumprimentei Anna apenas por causa de sua resposta. "Ah, oi, bom dia..." me traz à vida como alguém que cumprimentou. Suplementos podem ser muito simples, tão simples quanto afirmar com a cabeça que você realmente disse algo com significado. Podem tomar a forma de uma ação, por exemplo, mudar a direção do olhar quando se ouve a palavra "Veja!". Ou podem estender a declaração de alguma forma, como em "Sim, mas eu também creio que...". Vemos, portanto, que nos comunicar é receber dos outros o privilégio do significado. Se os outros não tratam a declaração de alguém como comunicação, se eles não se coordenam com a oferta, a pessoa se reduz ao *nonsense*.

Para combinarmos essas duas primeiras propostas, vemos que o significado não reside dentro de nenhum dos dois indivíduos, mas apenas no

relacionamento. Tanto o ato quanto o suplemento precisam ser coordenados para que o significado ocorra. Assim como em um aperto de mão, um beijo ou um tango, as ações do indivíduo sozinhas são vazias. A comunicação é inerentemente colaborativa.

Desta forma, vemos que nenhuma das palavras que compreendem nosso vocabulário tem sentido sozinha. Elas recebem a capacidade de fazer sentido por causa da maneira como são coordenadas com outras palavras e ações. Na verdade, todo nosso vocabulário do indivíduo – que pensa, sente, quer, anseia e assim por diante – recebe significado apenas por causa de atividades coordenadas entre pessoas. O nascimento de seu *eu mesmo* reside no relacionamento.

### A ação suplementar é ela própria uma candidata ao significado.

Qualquer suplemento funciona duas vezes: primeiro, ao dar significado àquilo que precedeu e, segundo, como uma ação que também requer suplementação. Geralmente, o significado que ele dá continua suspenso até que ele também seja suplementado. Imagine uma cliente que fala de sua depressão profunda; ela se vê incapaz de suportar um marido agressivo e uma situação de trabalho intolerável. O terapeuta pode dar a esse relato um significado de uma expressão de depressão, respondendo: "Sim, entendo por que você se sente assim; me conte um pouco mais sobre o seu relacionamento com seu marido". No entanto, esse suplemento também estará vazio de significado até que o cliente forneça um suplemento. Se ele ignorar o pedido, por exemplo, falando sobre seu sucesso como mãe, as palavras do terapeuta teriam sua significância ne-

gada. Mais amplamente, podemos dizer que na vida cotidiana não existem atos em si, isto é, ações que não são simultaneamente suplementos para aquilo que as precedeu. Qualquer coisa que fazemos ou dizemos acontece dentro de um contexto temporal que dá significado àquilo que precedeu, enquanto ao mesmo tempo cria um convite para suplementação posterior.

**Atos criam a possibilidade de significado, mas simultaneamente restringem seu potencial.**

Se dou uma aula sobre teoria psicanalítica, tal aula não tem sentido sem um público que escute, delibere, afirme ou questione o que eu digo. Nesse sentido, cada orador deve gratidão à sua plateia; sem a participação dela, o orador deixa de existir. Ao mesmo tempo, minha aula cria a própria possibilidade de a plateia dar sentido. Enquanto o público me cria como um agente com significado, eu simultaneamente lhe dou a capacidade de criar. O público não existe até que haja uma ação que o convide a ser.

Entretanto, também é importante notar que, na prática, as ações também criam limitações à suplementação. Se eu falo de Freud, você, como um membro da plateia, não pode suplementar da maneira que bem entender. Você pode me fazer uma pergunta sobre a teoria das relações de objeto, mas não sobre astrofísica; pode comentar sobre o conceito de repressão, mas não sobre o sabor dos rabanetes. Tais limitações existem porque minha aula já está inserida em uma tradição de ato e suplemento. Ela recebeu significado como uma “aula sobre Freud” por causa de gerações anteriores de criadores de signi-

ficado. Nesse sentido, ações inseridas em relacionamentos têm um potencial pré-figurativo. A história do uso as possibilita a convidar ou sugerir certos suplementos em oposição a outros – porque apenas esses suplementos são considerados sensatos ou significativos dentro de uma tradição. Portanto, quando falamos um com o outro, também começamos a determinar limites no ser de cada um; continuar na conversação não é apenas respeitar uma tradição, mas concordar em ser um tipo de pessoa em vez de outro. Se você me diz que eu não tenho sido um bom amigo, praticamente não serei reconhecível a menos que eu lhe pergunte por que você se sente assim e o que eu fiz. Seu comentário restringe meus potenciais.

**Suplementos funcionam tanto para criar quanto para restringir significado.**

Como vimos, suplementos “agem de trás para frente” de forma que criam significado para o que precedeu. Nesse sentido, o significado do falante – sua identidade, caráter, intenção e assim por diante – não estão livres para “serem o que são”, mas são restritos pelo ato da suplementação. A suplementação opera, portanto, pós-figurativamente para criar o falante como significando isto em vez daquilo. A partir da grande gama de possibilidades, o suplemento direciona e temporariamente restringe as possibilidades de ser. Assim, por exemplo, para um terapeuta, perguntar sobre a depressão de um cliente é estabelecer uma forma de restrição. Se o cliente quer continuar sensato, ele deve prontamente concordar que está deprimido. Uma pergunta terapêutica pode ter implicações para toda a trajetória de uma vida.

gada. Mais amplamente, podemos dizer que na vida cotidiana não existem atos em si, isto é, ações que não são simultaneamente suplementos para aquilo que as precedeu. Qualquer coisa que fazemos ou dizemos acontece dentro de um contexto temporal que dá significado àquilo que precedeu, enquanto ao mesmo tempo cria um convite para suplementação posterior.

**Atos criam a possibilidade de significado, mas simultaneamente restringem seu potencial.**

Se dou uma aula sobre teoria psicanalítica, tal aula não tem sentido sem um público que escute, delibere, afirme ou questione o que eu digo. Nesse sentido, cada orador deve gratidão à sua plateia; sem a participação dela, o orador deixa de existir. Ao mesmo tempo, minha aula cria a própria possibilidade de a plateia dar sentido. Enquanto o público me cria como um agente com significado, eu simultaneamente lhe dou a capacidade de criar. O público não existe até que haja uma ação que o convide a ser.

Entretanto, também é importante notar que, na prática, as ações também criam limitações à suplementação. Se eu falo de Freud, você, como um membro da plateia, não pode suplementar da maneira que bem entender. Você pode me fazer uma pergunta sobre a teoria das relações de objeto, mas não sobre astrofísica; pode comentar sobre o conceito de repressão, mas não sobre o sabor dos rabanetes. Tais limitações existem porque minha aula já está inserida em uma tradição de ato e suplemento. Ela recebeu significado como uma “aula sobre Freud” por causa de gerações anteriores de criadores de signifi-

ficado. Nesse sentido, ações inseridas em relacionamentos têm um potencial pré-figurativo. A história do uso as possibilita a convidar ou sugerir certos suplementos em oposição a outros – porque apenas esses suplementos são considerados sensatos ou significativos dentro de uma tradição. Portanto, quando falamos um com o outro, também começamos a determinar limites no ser de cada um; continuar na conversação não é apenas respeitar uma tradição, mas concordar em ser um tipo de pessoa em vez de outro. Se você me diz que eu não tenho sido um bom amigo, praticamente não serei reconhecível a menos que eu lhe pergunte por que você se sente assim e o que eu fiz. Seu comentário restringe meus potenciais.

**Suplementos funcionam tanto para criar quanto para restringir significado.**

Como vimos, suplementos “agem de trás para frente” de forma que criam significado para o que precedeu. Nesse sentido, o significado do falante – sua identidade, caráter, intenção e assim por diante – não estão livres para “serem o que são”, mas são restritos pelo ato da suplementação. A suplementação opera, portanto, pós-figurativamente para criar o falante como significando isto em vez daquilo. A partir da grande gama de possibilidades, o suplemento direciona e temporariamente restringe as possibilidades de ser. Assim, por exemplo, para um terapeuta, perguntar sobre a depressão de um cliente é estabelecer uma forma de restrição. Se o cliente quer continuar sensato, ele deve prontamente concordar que está deprimido. Uma pergunta terapêutica pode ter implicações para toda a trajetória de uma vida.

**Apesar de atos/suplementos serem restritivos, eles não determinam.**

Como proposto anteriormente, nossas palavras e ações funcionam para limitar as palavras e as ações dos outros, e vice-versa. Se queremos continuar inteligíveis em nossa cultura, precisamos necessariamente agir dentro desses limites. Tais limites têm origem em uma história de coordenações precedentes. À medida que as pessoas coordenam ações e suplementos e passam a confiar neles na vida cotidiana, elas estão essencialmente gerando uma forma de vida. Se muitas pessoas se juntarem a essas atividades coordenadas durante um longo período de tempo, podemos falar de uma tradição cultural. Mas é importante ressaltar que nossas palavras e ações funcionam apenas como restrições, não como determinantes. Isso acontece por duas razões importantes. Primeiro, as condições em que tentamos coordenar nossas ações raramente são constantes. Permanentemente nos deparamos com o desafio de importar palavras e ações antigas para novas situações. Ao fazermos isso, tais palavras e ações adquirem novas possibilidades de sentido. Por exemplo, você está visitando uma fazenda e mostra para seu filho: “Olhe, aquilo é uma galinha”. A palavra *galinha* então ganha seu significado a partir da forma como está inserida nesta configuração de eventos. Mais tarde nesse dia, a esposa do fazendeiro chega à mesa de jantar carregando uma grande travessa e anuncia: “Temos galinha para o jantar hoje”. Agora, a palavra usada para se referir ao animal vivo e caçador se refere aos pedaços de carne cozida. À medida que novas situações se desenvolverem, a mesma palavra vai adquirir outros potenciais de significado. Mais formalmente, dizemos

que todas as palavras são polissêmicas; elas podem ser usadas de muitas maneiras diferentes.

Uma segunda razão importante para nossa relativa liberdade de ação reside no fato de que o fazer sentido é sempre local. Isto é, a coordenação é sempre localizada no *aqui* e no *agora*, em condições momentâneas e fugazes – na cozinha, na sala de reuniões, na mina, na prisão etc. Esses esforços locais para se coordenar criam padrões locais de fala e ação – gíria das ruas, jargão acadêmico, fala de bebê, brincadeira, canto e assim por diante. E, como aqueles que entram em tais coordenações podem vir de diferentes tradições culturais, novas combinações estão sempre sendo produzidas. No geral, herdamos uma enorme mistura de ações potencialmente inteligíveis – cada uma surgindo de uma forma de vida diferente –, e o estoque está continuamente mudando. Nossas ações podem derivar de uma história, mas elas não são uma demanda necessária. Nesse sentido, podemos realmente nos libertar do passado e, para funcionar adequadamente em circunstâncias que mudam continuamente, combinações criativas sempre serão necessárias. Ao falarmos juntos agora, temos a capacidade de criar novos futuros.

**Tradições de coordenação fornecem os maiores potenciais para o significado, mas não circunscrevem.**

Para expandir uma linha de pensamento anterior, é importante reconhecer que as palavras e as ações nas quais confiamos para gerar significado juntos são, em grande parte, subprodutos do passado. Se eu abordasse você e começasse a emitir uma sequência de vogais “aaaa, eeee, oooo, uuuu...”, você

certamente ficaria confuso; talvez você fosse embora – eu poderia ser perigoso. Isso acontece porque essa emissão é *nonsense* ou, em outras palavras, não é reconhecível como uma candidata a significado nas tradições ocidentais de coordenação. Da mesma forma, se começássemos a dançar e você de repente se agachasse e ficasse olhando para o chão, é pouco provável que eu continuasse dançando. Suas ações não são parte de nenhuma sequência coordenada que me é familiar. Nossa capacidade de fazer sentido juntos hoje, portanto, baseia-se numa história, muitas vezes uma história com séculos de duração. Nós devemos a tradições de coordenação nossa capacidade de nos apaixonarmos, protestarmos por uma causa justa ou sentirmos prazer no crescimento de nossos filhos.

Isso não quer dizer que não exista espaço para novas palavras e ações. Na verdade, no século passado testemunhamos uma explosão de novos termos de vocabulário, atividades esportivas, passos de dança e assim por diante. Por não sermos determinados pelo passado, somos livres para jogar, quebrar expectativas, explorar o ultrajante. E, quando nos confrontamos com a palavra ou o ato novos, podemos com esforço trazê-los para o significado. Para voltar à nossa dança, eu poderia muito bem parar de dançar quando você se agachasse no chão. No entanto, se eu soubesse que você estava brincando, convidando, desafiando, eu faria o meu melhor para encontrar uma forma de me coordenar com você. Talvez eu também me agachasse e começasse a me aproximar de você... Portanto, um adolescente que veste algo “esquisito” para ir à escola pode lançar uma moda. E terapeutas que acreditam que a “sala-

da de palavras” do esquizofrênico tem significado vão encontrar maneiras de dar sentido a tais manifestações.

### **Pensamento e sentimento consistem em uma criação de significado pública conduzida particularmente.**

Como colocado anteriormente, nós realmente parecemos experimentar o que pode ser chamado de *significado privado*. Se um amigo íntimo expressa raiva para nós, podemos ficar em silêncio, incapazes de reagir. Entretanto, isso não significa que a palavra não tem sentido para nós. Uma dúzia de respostas pode passar por nossa cabeça; é uma montanha-russa emocional. Não vamos negar a significância de tal evento. No entanto, a existência de respostas silenciosas não significa simultaneamente uma reafirmação da hipótese da subjetividade, a visão de que o significado se origina nas mentes particulares e é expresso para o exterior em palavras. Precisamos evitar os problemas inerentes na visão de que existe um agente interno que pode ficar acima do significado cultural, que possui a capacidade de gerar significado antes de qualquer imersão em um mundo relacional. Vamos, em vez disso, reconstruir o significado da subjetividade – o *mundo interior*. Considere o seguinte: você concordou em participar de uma peça e precisa decorar suas falas antes do ensaio de hoje à noite. Com o roteiro na sua frente, você diz as falas; quando elas já estão decoradas, você fecha o roteiro e as interpreta mais completamente, talvez com uma risada ou um grito. Você decide tomar uma ducha e, enquanto toma banho, você tenta lembrar as falas silenciosamente. Durante o ensaio em silêncio, você se lembra de uma fala inteligente e um sorriso se

certamente ficaria confuso; talvez você fosse embora – eu poderia ser perigoso. Isso acontece porque essa emissão é *nonsense* ou, em outras palavras, não é reconhecível como uma candidata a significado nas tradições ocidentais de coordenação. Da mesma forma, se começássemos a dançar e você de repente se agachasse e ficasse olhando para o chão, é pouco provável que eu continuasse dançando. Suas ações não são parte de nenhuma sequência coordenada que me é familiar. Nossa capacidade de fazer sentido juntos hoje, portanto, baseia-se numa história, muitas vezes uma história com séculos de duração. Nós devemos a tradições de coordenação nossa capacidade de nos apaixonarmos, protestarmos por uma causa justa ou sentirmos prazer no crescimento de nossos filhos.

Isso não quer dizer que não exista espaço para novas palavras e ações. Na verdade, no século passado testemunhamos uma explosão de novos termos de vocabulário, atividades esportivas, passos de dança e assim por diante. Por não sermos determinados pelo passado, somos livres para jogar, quebrar expectativas, explorar o ultrajante. E, quando nos confrontamos com a palavra ou o ato novos, podemos com esforço trazê-los para o significado. Para voltar à nossa dança, eu poderia muito bem parar de dançar quando você se agachasse no chão. No entanto, se eu soubesse que você estava brincando, convidando, desafiando, eu faria o meu melhor para encontrar uma forma de me coordenar com você. Talvez eu também me agachasse e começasse a me aproximar de você... Portanto, um adolescente que veste algo “esquisito” para ir à escola pode lançar uma moda. E terapeutas que acreditam que a “sala-

da de palavras” do esquizofrênico tem significado vão encontrar maneiras de dar sentido a tais manifestações.

#### **Pensamento e sentimento consistem em uma criação de significado pública conduzida particularmente.**

Como colocado anteriormente, nós realmente parecemos experimentar o que pode ser chamado de *significado privado*. Se um amigo íntimo expressa raiva para nós, podemos ficar em silêncio, incapazes de reagir. Entretanto, isso não significa que a palavra não tem sentido para nós. Uma dúzia de respostas pode passar por nossa cabeça; é uma montanha-russa emocional. Não vamos negar a significância de tal evento. No entanto, a existência de respostas silenciosas não significa simultaneamente uma reafirmação da hipótese da subjetividade, a visão de que o significado se origina nas mentes particulares e é expresso para o exterior em palavras. Precisamos evitar os problemas inerentes na visão de que existe um agente interno que pode ficar acima do significado cultural, que possui a capacidade de gerar significado antes de qualquer imersão em um mundo relacional. Vamos, em vez disso, reconstruir o significado da subjetividade – o *mundo interior*. Considere o seguinte: você concordou em participar de uma peça e precisa decorar suas falas antes do ensaio de hoje à noite. Com o roteiro na sua frente, você diz as falas; quando elas já estão decoradas, você fecha o roteiro e as interpreta mais completamente, talvez com uma risada ou um grito. Você decide tomar uma ducha e, enquanto toma banho, você tenta relembrar as falas silenciosamente. Durante o ensaio em silêncio, você se lembra de uma fala inteligente e um sorriso se

abre em seu rosto. Você sente a alegria. Aqui, vemos que a distinção entre o mundo interior e o exterior se desfaz. O que acontece internamente é essencialmente uma ação no mundo exterior, apenas conduzida sem expressão total. A atividade interna é efetivamente uma forma reduzida da criação de sentido em nossos relacionamentos comuns. Como alguns estudiosos defendem, o pensamento é uma forma de fala interna – um ato público que simplesmente é conduzido em particular.

#### **Da mesma forma, podemos utilmente reconfigurar o conceito de intenção.**

Comumente falamos que as nossas intenções causam nossas ações. Por exemplo, dizemos a nós mesmos “Eu preciso pedir desculpas”, e então o fazemos. Certamente, as desculpas podem não ser definidas dessa forma por outros; nesse sentido, preciso que eles transformem isso em desculpas. No entanto, eu sabia o que estava fazendo no momento, do meu ponto de vista, e esse saber antecedeu a suplementação. Eventos comuns como esse são muitas vezes usados para apoiar a hipótese de ação consciente: eu escolhi minhas ações e tenho intenção de passar certos sentidos e não outros. Esse conceito de um agente interno livre que direciona o tráfego das palavras e das ações de uma pessoa tem uma longa tradição e muito apoio contemporâneo de estudiosos humanistas. Entretanto, apesar de sua atração (“Eu sou o deus da minha ação...”), o conceito não foi bem sucedido nem filosoficamente nem ideologicamente. O notório problema do livre arbítrio por um lado e a política do narcisismo por outro são apenas duas questões complicadas. Como podemos sustentar a concepção de

intenção consciente sem cair nessas armadilhas tradicionais?

Vemos uma resposta promissora ao estendermos a visão do pensamento e do sentimento como uma recirculação privada da vida pública. Se eu sou um ator que faz o que chamamos de *interpretar o papel de Hamlet*, posso certamente dizer para alguém “Vou interpretar Hamlet hoje à noite”. A vida pública me fornece, então, um padrão de ação e uma construção aceitável de tal ação. Ela me permite dizer aos outros que “é isto que eu vou fazer”. É claro que eu também posso dizer isso silenciosamente para mim mesmo, como por exemplo: “Hum, eu realmente não deveria aceitar este drinque... Vou interpretar Hamlet hoje à noite”. Essas construções particulares – resultantes da minha participação na vida pública – são o que podemos chamar de intenções. Elas comentam a ocorrência da ação mais do que a direcionam. Dessa forma, posso dizer: “Minha intenção era que aquela observação fosse um pedido de desculpa...”. Posso dizer isso com total certeza, porque minha inserção na vida pública me dá base para saber que as palavras que eu disse são comumente definidas como um pedido de desculpas. Pela mesma razão, podemos dizer: “Ele teve a intenção de cometer o assassinato”, não porque temos um *insight* do estado consciente dele, mas porque sua experiência na vida cultural lhe deu exatamente essa construção do ato em questão.

#### **Os significados estão sujeitos a uma reconstituição contínua através do crescente mar de suplementação.**

Tendo em vista o que foi discutido, percebemos que o sentido de uma declaração é inerentemente indecível.

Quantidade nenhuma de discussão, análise do discurso, análise da conversação ou outras tentativas de se determinar o que foi dito pode ser determinante. O significado de qualquer declaração é um feito temporário, nascido do momento colaborativo. Mais adiante, à medida que as relações continuam ao longo do tempo, o que se quer dizer fica sujeito a uma alteração contínua através de um crescente cenário de ações/suplementos.

Sarah e Robert podem se ver rindo juntos com frequência – se afirmando como pessoas engraçadas – até que Robert declara que a risada de Sarah é “artificial e forçada”, apenas uma tentativa de ela parecer uma “pessoa descolada” (neste caso, a definição das ações anteriores seria alterada). Ou Sarah poderia dizer: “Isto é tudo muito agradável, Robert, mas na verdade você é um cara superficial; não nos comunicamos de forma alguma.” reduzindo, assim, o humor de Robert para banalidades). Ao mesmo tempo, esses últimos movimentos na presente sequência estão sujeitos a uma outra reconstituição (em resposta à acusação de Robert de que Sarah é artificial, ela pergunta: “Robert, você está preocupado com o seu trabalho de novo? O que está incomodando você?”. Ou Robert responde à acusação de superficialidade de Sarah com: “Agora eu entendo... Você só está dizendo isso, Sarah, porque você acha o Bill tão atraente.”). Tais exemplos de alteração também podem não ser intercambiáveis (por exemplo, imagine um casal que está se divorciando que redefine em retrospecto toda a sua trajetória matrimonial), e estão sujeitos a uma mudança contínua através da interação com e entre ou-

tros (por exemplo, amigos, parentes, terapeutas, a mídia etc.).

Resumindo, consideramos que o foco exclusivo no relacionamento cara a cara é por demais restrito. O fato de eu fazer ou não sentido não está sob o meu controle e nem é determinado por você ou pelo processo dual em que o significado luta para ser realizado. No início, baseamos em grande parte nosso potencial para o potencial de coordenação em nossas imersões anteriores em uma gama de outros relacionamentos. Nós chegamos ao relacionamento como extensões do passado. E, à medida que o relacionamento presente se desenvolve, ele serve para reformar o significado do passado. Esses intercâmbios ainda podem ser suplementados e transformados por outros no futuro. No geral, uma comunicação significativa em qualquer relacionamento fundamentalmente depende de uma vasta gama de relacionamentos; não apenas do *aqui e agora*, mas de como você e eu nos relacionamos com uma variedade de outras pessoas, e elas, por sua vez, se relacionam com outras – e finalmente, pode-se dizer, dependemos das condições relacionais da sociedade como um todo. Dessa forma somos todos interdependentemente interligados – sem a capacidade de significar nada, de possuir um *eu* –, exceto pela existência de um extenso mundo de relacionamentos.

### A TERAPIA COMO AÇÃO COLABORATIVA

Será desenvolvida aqui uma forma particular de se compreender o processo de comunicação do qual o significado surge, é sustentado e

Quantidade nenhuma de discussão, análise do discurso, análise da conversa ou outras tentativas de se determinar o que foi dito pode ser determinante. O significado de qualquer declaração é um feito temporário, nascido do momento colaborativo. Mais adiante, à medida que as relações continuam ao longo do tempo, o que se quer dizer fica sujeito a uma alteração contínua através de um crescente cenário de ações/suplementos.

Sarah e Robert podem se ver rindo juntos com frequência – se afirmando como pessoas engraçadas – até que Robert declara que a risada de Sarah é “artificial e forçada”, apenas uma tentativa de ela parecer uma “pessoa descolada” (neste caso, a definição das ações anteriores seria alterada). Ou Sarah poderia dizer: “Isto é tudo muito agradável, Robert, mas na verdade você é um cara superficial; não nos comunicamos de forma alguma.” reduzindo, assim, o humor de Robert para banalidades). Ao mesmo tempo, esses últimos movimentos na presente sequência estão sujeitos a uma outra reconstituição (em resposta à acusação de Robert de que Sarah é artificial, ela pergunta: “Robert, você está preocupado com o seu trabalho de novo? O que está incomodando você?”). Ou Robert responde à acusação de superficialidade de Sarah com: “Agora eu entendo... Você só está dizendo isso, Sarah, porque você acha o Bill tão atraente.”). Tais exemplos de alteração também podem não ser intercambiáveis (por exemplo, imagine um casal que está se divorciando que redefine em retrospecto toda a sua trajetória matrimonial), e estão sujeitos a uma mudança contínua através da interação com e entre ou-

tros (por exemplo, amigos, parentes, terapeutas, a mídia etc.).

Resumindo, consideramos que o foco exclusivo no relacionamento cara a cara é por demais restrito. O fato de eu fazer ou não sentido não está sob o meu controle e nem é determinado por você ou pelo processo dual em que o significado luta para ser realizado. No início, baseamos em grande parte nosso potencial para o potencial de coordenação em nossas imersões anteriores em uma gama de outros relacionamentos. Nós chegamos ao relacionamento como extensões do passado. E, à medida que o relacionamento presente se desenvolve, ele serve para reformar o significado do passado. Esses intercâmbios ainda podem ser suplementados e transformados por outros no futuro. No geral, uma comunicação significativa em qualquer relacionamento fundamentalmente depende de uma vasta gama de relacionamentos; não apenas do *aqui e agora*, mas de como você e eu nos relacionamos com uma variedade de outras pessoas, e elas, por sua vez, se relacionam com outras – e finalmente, pode-se dizer, dependemos das condições relacionais da sociedade como um todo. Dessa forma somos todos interdependentemente interligados – sem a capacidade de significar nada, de possuir um *eu* –, exceto pela existência de um extenso mundo de relacionamentos.

#### A TERAPIA COMO AÇÃO COLABORATIVA

Será desenvolvida aqui uma forma particular de se compreender o processo de comunicação do qual o significado surge, é sustentado e

transformado. Esta visão evita certas armadilhas da maioria das visões tradicionais e simultaneamente mostra alguns dos potenciais do pensamento construcionista. É importante ressaltar que não estou dizendo que “agora nós conhecemos a verdadeira natureza da comunicação”. Pelo contrário, esta visão é oferecida no espírito do próprio construcionismo: é simplesmente uma maneira alternativa de tornar inteligível a comunicação. A questão não é se ela revela a “realidade da comunicação”, mas o que se segue de tal exposição? De que forma tal entendimento altera qualquer uma de nossas práticas, e seriam tais alterações úteis para investida terapêutica? Certamente, tais perguntas não podem ser respondidas todas de uma vez. Há muitas implicações, tanto grandes quanto pequenas, e é necessário mais diálogo para se ter uma ideia dos potenciais e dos problemas. Algumas das implicações dessa visão colaborativa já estão bem integradas à prática; outras implicações vão se mostrar muito radicais para a aplicação contemporânea. No entanto, para abrir uma discussão sobre a comunicação terapêutica como uma ação colaborativa, proponho os nove pontos seguintes:

#### 1. Não existe angústia ou doença mental por si só.

Como nenhuma expressão humana adquire significado a não ser através de suplementos dos outros, não há sofrimento e doença mental anteriores à colaboração. Certamente, posso “me sentir deprimido” ou encontrar um “esquizofrênico típico”. Mas o fato de eu me sentir deprimido já é preparado por uma imersão prévia em uma cultura de significado circulante – antes do século XX, eu não podia me sentir

deprimido porque a própria inteligibilidade da depressão só surgiu no século mencionado. Da mesma forma, nós vemos “esquizofrênicos” porque somos participantes de uma cultura que colabora para criar o significado de *doença mental*. É importante enfatizar as responsabilidades do terapeuta em criar e/ou sustentar a vida de angústia e doença no relacionamento terapêutico. O terapeuta funciona como um grande colaborador na geração de significado; o fato de o cliente ser angustiado ou doente, interessante ou resiliente, é extremamente dependente do processo colaborativo contínuo.

#### 2. Não existe tratamento terapêutico por si só.

Dizer que o terapeuta tem uma certa responsabilidade pela forma como seus clientes passam a entender a si próprios, seus sentimentos, seus relacionamentos e assim por diante, não é dizer que eles sejam onipotentes em seus efeitos. Isso acontece porque seus suplementos também são ações em si e, neste sentido, não adquirem significado até que sejam suplementados pelo cliente. De uma forma mais ampla, não existe um “tratamento terapêutico” em si; as ações que normalmente descrevemos como tratamento terapêutico não se tornam isso até que o cliente esteja disposto a colaborar com tal visão. Funcionários de hospitais mentais sabem bem disso. Muitas vezes, suas tentativas sinceras de ajudar os pacientes geram raiva e ressentimento. Um bom tratamento do ponto de vista do funcionário é manipulação e controle do ponto de vista do paciente. Precisamos perguntar, então, se devemos reconsiderar o que nós como profissionais chamamos de *bom tratamento*. Se o conceito de *bom*

*tratamento* não é gerado colaborativamente, então resultados positivos são pouco prováveis.

### 3. O entendimento terapêutico é uma forma de ação colaborativa.

Nós herdamos uma visão psicológica do entendimento interpessoal. Como dizemos, o entendimento ocorre quando as subjetividades estão ligadas ou refletem uma à outra corretamente. Um pouco antes no texto, identificamos importantes falhas nessa visão. Como discutido, se o entendimento fosse uma questão de sincronia intersubjetiva, nunca entenderíamos uns aos outros. No entanto, realmente acreditamos que o entendimento ocorre, e temos certeza quando alguém não nos compreende. Como podemos explicar o entendimento do ponto de vista colaborativo?

Aqui, é útil ver o entendimento não como uma atividade mental, mas como uma determinada forma de suplementação. Estar *entendendo* é coordenar as ações de uma pessoa com as de outra; é ser um certo tipo de pessoa em relação ao outro. É uma coordenação de palavras, olhares, posturas etc., com as ações do outro. Talvez, a maior forma de ação é captada pelo termo *metonímia*. Formalmente, *metonímia* é um termo da semiótica que se refere ao uso de uma única palavra ou frase para significar o todo. Por exemplo, a bandeira da França às vezes é usada para significar a nação como um todo, ou uma coroa é apresentada como o símbolo da rainha da Inglaterra. De forma importante, nossas ações podem também carregar reflexos metonímicos umas das outras. Se você me fala com humor sobre um incidente e eu respondo com um sorriso largo, agora

estou carregando uma parte de você. Meu sorriso é um pequeno símbolo de você, agora expresso por mim. Se outra pessoa fala de sua angústia, um ouvinte "entende" quando parte dessa angústia é então carregada por ele em resposta. Se o ouvinte simplesmente olhasse pela janela durante a história de tristeza, o falante poderia justificavelmente dizer: "Você simplesmente não entende, não é?". Não há uma visão da mente do outro aqui; há apenas ação coordenada.

### 4. A mudança terapêutica deriva da ação colaborativa.

O que realmente é mudado através da terapia? Coerente com sua base individualista, essa pergunta é tipicamente respondida em termos da psique individual. É através da remoção ou da repressão, de um processo de catarse, de um ganho por *insight*, do fortalecimento da autoestima ou da alteração em esquemas cognitivos, como diferentemente se defende, que uma mudança de longo prazo é efetivada. Da presente perspectiva, a paisagem é alterada dramaticamente. A condição psicológica não é o centro de atenção, e sim a existência relacional. O indivíduo chega à terapia como um participante de uma rede relacional, uma rede que se estende desde as pessoas íntimas até a cultura no geral, e de volta no tempo até relacionamentos e tradições pré-existentes. É nessa matriz de relacionamento que "o problema" é criado e designado como um problema. O relacionamento terapêutico representa o estabelecimento de uma nova coordenação, uma coordenação que vai se desenvolver dos recursos que tanto o terapeuta quanto o cliente trazem para o relacionamento. O maior de-

tratamento não é gerado colaborativamente, então resultados positivos são pouco prováveis.

### 3. O entendimento terapêutico é uma forma de ação colaborativa.

Nós herdamos uma visão psicológica do entendimento interpessoal. Como dizemos, o entendimento ocorre quando as subjetividades estão ligadas ou refletem uma à outra corretamente. Um pouco antes no texto, identificamos importantes falhas nessa visão. Como discutido, se o entendimento fosse uma questão de sincronia intersubjetiva, nunca entenderíamos uns aos outros. No entanto, realmente acreditamos que o entendimento ocorre, e temos certeza quando alguém não nos compreende. Como podemos explicar o entendimento do ponto de vista colaborativo?

Aqui, é útil ver o entendimento não como uma atividade mental, mas como uma determinada forma de suplementação. Estar *entendendo* é coordenar as ações de uma pessoa com as de outra; é ser um certo tipo de pessoa em relação ao outro. É uma coordenação de palavras, olhares, posturas etc., com as ações do outro. Talvez, a maior forma de ação é captada pelo termo *metonímia*. Formalmente, *metonímia* é um termo da semiótica que se refere ao uso de uma única palavra ou frase para significar o todo. Por exemplo, a bandeira da França às vezes é usada para significar a nação como um todo, ou uma coroa é apresentada como o símbolo da rainha da Inglaterra. De forma importante, nossas ações podem também carregar reflexos metonímicos umas das outras. Se você me fala com humor sobre um incidente e eu respondo com um sorriso largo, agora

estou carregando uma parte de você. Meu sorriso é um pequeno símbolo de você, agora expresso por mim. Se outra pessoa fala de sua angústia, um ouvinte “entende” quando parte dessa angústia é então carregada por ele em resposta. Se o ouvinte simplesmente olhasse pela janela durante a história de tristeza, o falante poderia justificavelmente dizer: “Você simplesmente não entende, não é?”. Não há uma visão da mente do outro aqui; há apenas ação coordenada.

### 4. A mudança terapêutica deriva da ação colaborativa.

O que realmente é mudado através da terapia? Coerente com sua base individualista, essa pergunta é tipicamente respondida em termos da psique individual. É através da remoção ou da repressão, de um processo de catarse, de um ganho por *insight*, do fortalecimento da autoestima ou da alteração em esquemas cognitivos, como diferentemente se defende, que uma mudança de longo prazo é efetivada. Da presente perspectiva, a paisagem é alterada dramaticamente. A condição psicológica não é o centro de atenção, e sim a existência relacional. O indivíduo chega à terapia como um participante de uma rede relacional, uma rede que se estende desde as pessoas íntimas até a cultura no geral, e de volta no tempo até relacionamentos e tradições pré-existentes. É nessa matriz de relacionamento que “o problema” é criado e designado como um problema. O relacionamento terapêutico representa o estabelecimento de uma nova coordenação, uma coordenação que vai se desenvolver dos recursos que tanto o terapeuta quanto o cliente trazem para o relacionamento. O maior de-

safo que o relacionamento terapêutico encara é se a trajetória colaborativa de cliente/terapeuta pode perturbar ou transformar a matriz generativa de tal forma que o problema é resolvido, dissolvido ou reconstruído.

Nesse sentido, vemos que os recursos mais valiosos do terapeuta são as ações conversacionais. Da mesma forma que jogadores profissionais de basquete possuem um vocabulário rico de ações que os permitem fazer cestas, os bons terapeutas são aqueles capazes de se coordenar efetivamente com o cliente de tal forma que resultados satisfatórios podem ser alcançados dentro da matriz estendida. Não é o estoque de fatos, conceitos, distinções, e assim por diante, que o terapeuta tem à sua disposição que conta, mas a capacidade de flexibilidade em um relacionamento. *Saber como* em oposição a *saber que*. Essa capacidade relacional com certeza será verbal. São necessárias capacidades de se mover na narrativa, na metáfora, na exploração, na ironia, no humor, no *pathos* na curiosidade, na imaginação e muito mais. Entretanto, não é simplesmente o conteúdo da linguagem que é importante. A postura, o olhar, o tom de voz, a expressão facial, o jeito de andar etc. contribuem para a forma e as ramificações do relacionamento. Todos podem ser usados para desestabilizar e transformar a matriz. Todos podem fornecer ao cliente modelos de ação fora do relacionamento terapêutico.

Como a terapia é inerentemente uma coordenação – e dois clientes nunca virão de uma mesma matriz relacional –, não pode haver regras rígidas para o encontro terapêutico. Técnicas específicas ou cânones de prática terapêutica apenas diminui-

rão as capacidades de coordenação. Se o cliente reconhecer as declarações do terapeuta como uma técnica, elas podem ser desconsideradas ou ressentidas. Portanto, não existe uma resposta única para a pergunta “Como devo continuar?”. As mesmas palavras e frases que são úteis em um contexto podem ser restritivas em outro. A analogia do basquete é novamente útil aqui: com a experiência, o jogador profissional desenvolve um repertório de ações que podem ser usadas. Não há regras que digam qual ação é mais eficaz; as condições do jogo são complexas e mudam rapidamente. O jogador experiente é aquele que consegue escolher rapidamente do repertório à medida que a “conversa da quadra” se desdobra. Um jogador experiente consegue desestabilizar as tradições de ação do oponente. Ao mesmo tempo, os oponentes também vão aprender essas técnicas e se tornar mais experientes. Os padrões de jogo continuam a se desdobrar. No caso da terapia, não há oponentes; em jogo, há apenas a construção coletiva do bem-estar.

### 5. A principal resistência à mudança terapêutica pode não estar presente.

Quando se trabalha com um conceito de significado como coordenação relacional, há uma forte tendência de se enfatizar o *aqui* e o *agora* – “nós conversando juntos neste momento”. É no momento presente que o significado está em construção e, portanto, o futuro está na balança. No entanto, essa abordagem muitas vezes esconde as maneiras como os recursos importados para a sessão terapêutica estão ancorados na história relacional. Essa história pode se colocar como um grande impedimento à mudança. Em

um nível mais simples, as pessoas desenvolvem modos de falar e de agir que são confortáveis e confiáveis. De uma maneira importante, eles são experientes nessas formas de ação. Portanto, estilos depressivos, raivosos ou autocríticos de ser podem ser disfuncionais do ponto de vista do terapeuta. Entretanto, esses mesmos modos de ação podem servir como habilidades confiáveis, “naturais” e muito desejadas para o cliente. “Eu sei muito bem como atacar os outros em suas fraquezas” um cliente pode dizer. “Mesmo que os outros me evitem por essa razão, isso é o que eu sei fazer.” Sem novas habilidades ou capacidades de desempenho em mãos, um cliente provavelmente não abandonará as antigas.

Em um nível mais sutil, todos nós carregamos conosco resíduos de padrões relacionais passados. Como proposto anteriormente, é a recirculação privada desses resíduos que chamamos de *pensamento* ou *emoção*. Tais formas de recirculação podem se estabelecer como cenários recorrentes. Existe esta voz, por exemplo, que diz: “Você não presta”, e outra que levanta você: “Presta, sim, você é ótimo!”. Se você usar esta última voz, as coisas irão bem. O ciclo se repete e você desenvolve o que pode ser chamada de um *cenário de suporte* privado. Essas situações que recirculam particularmente podem não ser tão funcionais sempre, como em: “Você não presta... Vou machucar você por dizer isso... Mas todos concordam que você não presta... Vou brigar com todos...”. Desempenhos que ocorrem em tal situação podem ser suspeitos e hostis. Essas situações já gastas e que recirculam particularmente podem ser as mais difíceis de interromper.

Qualquer um que já tenha trabalhado com os comumente rotulados *distúrbios alimentares* se deparou com o estrangulamento da conversa privada. Na minha opinião, um dos problemas mais desafiadores que confrontam a terapia contemporânea é o de ligar a conversação cara a cara com o cliente e as situações que estão fora daquele cenário.

## **6. A revelação terapêutica não é um movimento no espaço vertical, e sim no espaço horizontal.**

Muitas vezes, a terapia é vista como um processo revelador em que as perguntas probatórias do terapeuta levam à revelação daquilo que está escondido. “Ahhhh... Agora sabemos o que realmente está preocupando você...”

Geralmente, vemos muita terapia baseada em uma visão de superfície *versus* profundidade – o que está diante de nós e consciente *versus* o que está escondido nas profundezas. Apesar de a terapia psicanalítica ser o caso mais óbvio em questão, tal visão é muito compartilhada na sociedade como um todo. Facilmente falamos, por exemplo, de pessoas que são superficiais, falamos de expressar sentimentos verdadeiros, e de “o motivo verdadeiro por que ele quer isso...”. Contudo, da presente perspectiva, vemos que a própria ideia de superfície *versus* profundidade é uma conquista colaborativa. Isto é, criamos juntos essa determinava visão das pessoas. Ela é essencialmente opcional.

Isso é dizer que não existe uma razão correta para “testar as profundidades” dos desejos, lembranças ou motivos de um cliente. Um terapeuta em tais circunstâncias está convidando o cliente para um relacionamento em que a profundidade será criada

um nível mais simples, as pessoas desenvolvem modos de falar e de agir que são confortáveis e confiáveis. De uma maneira importante, eles são experientes nessas formas de ação. Portanto, estilos depressivos, raivosos ou autocríticos de ser podem ser disfuncionais do ponto de vista do terapeuta. Entretanto, esses mesmos modos de ação podem servir como habilidades confiáveis, “naturais” e muito desejadas para o cliente. “Eu sei muito bem como atacar os outros em suas fraquezas” um cliente pode dizer. “Mesmo que os outros me evitem por essa razão, isso é o que eu sei fazer.” Sem novas habilidades ou capacidades de desempenho em mãos, um cliente provavelmente não abandonará as antigas.

Em um nível mais sutil, todos nós carregamos conosco resíduos de padrões relacionais passados. Como proposto anteriormente, é a recirculação privada desses resíduos que chamamos de *pensamento* ou *emoção*. Tais formas de recirculação podem se estabelecer como cenários recorrentes. Existe esta voz, por exemplo, que diz: “Você não presta”, e outra que levanta você: “Presta, sim, você é ótimo!”. Se você usar esta última voz, as coisas irão bem. O ciclo se repete e você desenvolve o que pode ser chamada de um *cenário de suporte* privado. Essas situações que recirculam particularmente podem não ser tão funcionais sempre, como em: “Você não presta... Vou machucar você por dizer isso... Mas todos concordam que você não presta... Vou brigar com todos...”. Desempenhos que ocorrem em tal situação podem ser suspeitos e hostis. Essas situações já gastas e que recirculam particularmente podem ser as mais difíceis de interromper.

Qualquer um que já tenha trabalhado com os comumente rotulados *distúrbios alimentares* se deparou com o estrangulamento da conversa privada. Na minha opinião, um dos problemas mais desafiadores que confrontam a terapia contemporânea é o de ligar a conversa cara a cara com o cliente e as situações que estão fora daquele cenário.

#### 6. A revelação terapêutica não é um movimento no espaço vertical, e sim no espaço horizontal.

Muitas vezes, a terapia é vista como um processo revelador em que as perguntas probatórias do terapeuta levam à revelação daquilo que está escondido. “Ahhhh... Agora sabemos o que realmente está preocupando você...”

Geralmente, vemos muita terapia baseada em uma visão de superfície *versus* profundidade – o que está diante de nós e consciente *versus* o que está escondido nas profundezas. Apesar de a terapia psicanalítica ser o caso mais óbvio em questão, tal visão é muito compartilhada na sociedade como um todo. Facilmente falamos, por exemplo, de pessoas que são superficiais, falamos de expressar sentimentos verdadeiros, e de “o motivo verdadeiro por que ele quer isso...”. Contudo, da presente perspectiva, vemos que a própria ideia de superfície *versus* profundidade é uma conquista colaborativa. Isto é, criamos juntos essa determinava visão das pessoas. Ela é essencialmente opcional.

Isso é dizer que não existe uma razão correta para “testar as profundidades” dos desejos, lembranças ou motivos de um cliente. Um terapeuta em tais circunstâncias está convidando o cliente para um relacionamento em que a profundidade será criada

como um objeto conversacional. Tal discurso da profundidade não é mais profundo em implicação do que um discurso da superfície; ele simplesmente cria uma realidade diferente dentro do cenário terapêutico. Não estou propondo que devemos abandonar o discurso do profundo. Em vez disso, estou levantando a questão de sua eficácia em qualquer caso. O que a criação de uma “realidade por trás da realidade” alcança nos padrões de entendimento pré-existentes do cliente? As formas já existentes de falar do cliente são desconsideradas? Novos caminhos são abertos com essa forma de falar? Quais são as possíveis consequências? As crises recentes da autoridade terapêutica resultantes da onda de “lembranças de infância abusivas” produzida na sessão terapêutica dão outra dimensão a tais perguntas. A pergunta importante não é se a colaboração terapêutica “acerta em cheio” e é eficaz em relação aos problemas ou ao passado do cliente, mas se esse acertar em cheio não pode subsequentemente machucar alguém.

#### 7. Toda afirmação sobre o significado é uma transformação no significado.

Do ponto de vista colaborativo, cada movimento dentro de uma conversa dá significado àquilo que precedeu. O significado de todas as nossas palavras e ações depende importante-mente daqueles que a elas respondem. E as respostas deles não têm significado até que elas também sejam suplementadas. Na verdade, o significado está sempre em andamento, nunca está completo, sempre está aberto ao próximo movimento da conversa. Isso quer dizer que qualquer tentativa de se especificar o significado de uma ação passada – “o que eu pretendia...”

“o que eu queria dizer...”, “o que você me fez...”, “o que isso significou para mim...” – é por si só um suplemento que transforma o passado. Tais tentativas dão ao passado formas e consequências que não seriam adquiridas a não ser pela própria tentativa. E essas tentativas também são mudas até serem suplementadas. Não há um momento final de iluminação, um momento em que o significado se torna permanente ou inegável.

As implicações terapêuticas desse pensamento são muitas. Primeiro, e para ressaltar um argumento anterior, qualquer interpretação terapêutica das palavras ou ações de um cliente cria o significado de tais palavras e ações. Quaisquer tentativas do terapeuta de apontar continuidades ou descontinuidades na vida do cliente são elas próprias criações de continuidade e descontinuidade. Ademais, qualquer tentativa do cliente de falar sobre o passado, revelar seus segredos e dar significado a ele é, em si própria, uma transformação do passado. Expandindo os argumentos de Donald Spence (1982), isso é tornar proeminente o significado da narrativa em oposição à verdade histórica. Narrações do passado são criadas dentro do espaço conversacional do presente.

Também acontece que todas as tentativas de testes psicodiagnósticos e avaliações de resultados terapêuticos são essencialmente transformações do significado. Em ambos os casos, qualquer coisa que tenha ocorrido, qualquer coisa que tenha sido dita ou feita ganha um determinado significado que ela em si não possui. Não existe patologia até que o instrumento de testagem tenha transformado as palavras e as ações do indivíduo em patologia. Não há resultado positivo

ou negativo da terapia até que o positivo de avaliação considere certos padrões como resultados significativos. Questões importantes devem, então, ser abordadas: para quem isto é patologia?; o que torna esta categoria de diagnóstico mais útil do que outra?; as categorias de doenças são úteis para os clientes?; quem decide o que constitui um bom resultado?; que clientes e terapeutas são beneficiados (ou marginalizados) por uma determinada concepção de resultado?; quais vozes são aceitas na conversação?; e quando a conversação termina? Em geral, do ponto de vista da comunicação como coordenação, as práticas de diagnósticos e de avaliação de resultados deveriam estar abertas para serem totalmente repensadas.

#### **8. A terapia pode ser o país das maravilhas; a questão importante é a habilidade para a ação.**

Se seguirmos a lógica colaborativa, a terapia representa uma conversação em que os participantes trazem muito de suas relações externas, mas em que eles simultaneamente criam a base para uma realidade nova e única (padrões de discurso compartilhados apenas entre eles). Nessas condições, pode ser possível para terapeuta e cliente encontrarem um modo de relacionamento agradável – uma ideia compartilhada de harmonia e completude no encontro. No entanto, essa mesma realidade também pode estar totalmente contida no relacionamento. Isto é, ela pode ter pouco ou nenhum valor externo, pouca transportabilidade para outras relações. Dada a visão colaborativa, a maior questão é se os recursos conversacionais gerados no relacionamento terapêutico são acionáveis fora desse contexto. Podem

as metáforas, as narrativas, as desconstruções, os reenquadramentos, os múltiplos eus, as habilidades expressivas e assim por diante desenvolvidos no encontro terapêutico serem levadas para outras relações de tal forma que essas relações sejam transformadas de forma útil?

Em certo nível, tenho poucas dúvidas de que tais reverberações realmente ocorrem. Entretanto, seria útil haver mais demonstrações efetivas das maneiras em que as conversações ou os discursos terapêuticos realmente se insinuam nos mundos de vida dos clientes. Além disso, é necessário haver mais atenção planejada à forma como os dois contextos – a terapia e o mundo de vida – podem se convergir. A maneira mais óbvia, e muito coerente com o movimento de terapia de família, é trabalhar com relacionamentos em vez de indivíduos sozinhos. Dessa maneira, novas formas e práticas discursivas são colocadas em ação. No entanto, isso não resolve o problema totalmente, pois a realidade em grupo da sessão terapêutica pode não ser transportável; os membros da família também estão inseridos em múltiplos relacionamentos fora do círculo familiar. A família na sala do terapeuta não é a mesma família na sala de jantar.

#### **9. Práticas terapêuticas precisam ser continuamente transformadas.**

Há mais de um século, os terapeutas procuram “a cura” de problemas que seus clientes enfrentam. Foi então que testemunhamos um desfile de escolas terapêuticas, cada uma defendendo sua determinada forma de tratamento e geralmente desmerecendo os participantes de outras áreas. Nos Estados Unidos, existem antigas tentativas de

ou negativo da terapia até que o positivo de avaliação considere certos padrões como resultados significativos. Questões importantes devem, então, ser abordadas: para quem isto é patologia?; o que torna esta categoria de diagnóstico mais útil do que outra?; as categorias de doenças são úteis para os clientes?; quem decide o que constitui um bom resultado?; que clientes e terapeutas são beneficiados (ou marginalizados) por uma determinada concepção de resultado?; quais vozes são aceitas na conversação?; e quando a conversação termina? Em geral, do ponto de vista da comunicação como coordenação, as práticas de diagnósticos e de avaliação de resultados deveriam estar abertas para serem totalmente repensadas.

#### **8. A terapia pode ser o país das maravilhas; a questão importante é a habilidade para a ação.**

Se seguirmos a lógica colaborativa, a terapia representa uma conversação em que os participantes trazem muito de suas relações externas, mas em que eles simultaneamente criam a base para uma realidade nova e única (padrões de discurso compartilhados apenas entre eles). Nessas condições, pode ser possível para terapeuta e cliente encontrarem um modo de relacionamento agradável – uma ideia compartilhada de harmonia e completude no encontro. No entanto, essa mesma realidade também pode estar totalmente contida no relacionamento. Isto é, ela pode ter pouco ou nenhum valor externo, pouca transportabilidade para outras relações. Dada a visão colaborativa, a maior questão é se os recursos conversacionais gerados no relacionamento terapêutico são acionáveis fora desse contexto. Podem

as metáforas, as narrativas, as desconstruções, os reenquadramentos, os múltiplos eus, as habilidades expressivas e assim por diante desenvolvidos no encontro terapêutico serem levadas para outras relações de tal forma que essas relações sejam transformadas de forma útil?

Em certo nível, tenho poucas dúvidas de que tais reverberações realmente ocorrem. Entretanto, seria útil haver mais demonstrações efetivas das maneiras em que as conversações ou os discursos terapêuticos realmente se insinuam nos mundos de vida dos clientes. Além disso, é necessário haver mais atenção planejada à forma como os dois contextos – a terapia e o mundo de vida – podem se convergir. A maneira mais óbvia, e muito coerente com o movimento de terapia de família, é trabalhar com relacionamentos em vez de indivíduos sozinhos. Dessa maneira, novas formas e práticas discursivas são colocadas em ação. No entanto, isso não resolve o problema totalmente, pois a realidade em grupo da sessão terapêutica pode não ser transportável; os membros da família também estão inseridos em múltiplos relacionamentos fora do círculo familiar. A família na sala do terapeuta não é a mesma família na sala de jantar.

#### **9. Práticas terapêuticas precisam ser continuamente transformadas.**

Há mais de um século, os terapeutas procuram “a cura” de problemas que seus clientes enfrentam. Foi então que testemunhamos um desfile de escolas terapêuticas, cada uma defendendo sua determinada forma de tratamento e geralmente desmerecendo os participantes de outras áreas. Nos Estados Unidos, existem antigas tentativas de

avaliar a eficácia comparativa de várias práticas, para assim eliminar os “meros farsantes”. Em outros países, as leis somente reconhecem um limitado número de escolas para efeitos de cobertura de seguro saúde; ou outros são deixados à própria sorte.

Quando compreendemos o significado como colaboração, começamos um novo capítulo nesta discussão. Todas as escolas terapêuticas contribuem para os recursos discursivos da cultura. Seus movimentos distintos no processo colaborativo de criação do significado oferecem possíveis formas de sair da convenção. Nesse sentido, a profusão de escolas terapêuticas não é nada de que se envergonhar – de alguma forma é uma indicação do *status* pré-científico da área. Com as imensas variações na história cultural da qual os clientes provêm, devemos parar de pensar em termos de uma “conversação mestre”, útil para todos. Pelo contrário, temos aqui um caso em que múltiplas realidades devem ser valorizadas.

Para expandir o argumento, precisamos também reconhecer que as escolas terapêuticas são em si tradições autossustentáveis. Tipicamente, elas tendem a reafirmar um vocabulário em particular e a honrar determinados movimentos na conversação em detrimento de outros. Nesse sentido, as escolas de terapia se tornam conservadoras da cultura. Contudo, enquanto os discursos internos de uma escola se mantêm estáveis, o processo de criação de significado dentro da cultura continua a evoluir. Novas formas de coordenação (e descoordenação) então surgem por toda parte. A profundidade de hoje se torna o lugar-comum de amanhã. Paixões se esfriam e valores são esquecidos nas iluminações que continuamente se

desdobram e são geradas pelo diálogo ativo e criativo. Dessa forma, vemos que não podemos nos contentar com a presente família de escolas terapêuticas. Todas são ameaçadas pela irrelevância. Ao contrário, devemos apoiar a contínua evolução da linguagem e da prática terapêutica. Quando as conversações terapêuticas forem contínuas com as da cultura, elas “farão sentido” mais efetivamente. Quando o cliente conseguir coordenar o discurso da terapia com sua vida externa, a terapia estará mais propensa ao sucesso. Novas escolas de terapia deveriam ser não apenas esperadas, mas também bem recebidas.

Vamos trazer a discussão a um final temporário. Nas páginas anteriores, esbocei os contornos do que muitos veem como grandes transformações em nossa compreensão da verdade, da objetividade, da racionalidade, da moralidade e do progresso. À medida que suposições tradicionais são desafiadas, nós levantamos as âncoras do *eu individual* e nos lançamos ao fluxo contínuo do ser relacional. Aqui, descobrimos que toda a comunicação depende da coordenação relacional, e que a criação de significado individual representa apenas uma extensão do processo de coordenação. Nessa luz, as perguntas que fazemos sobre a terapia assumem um aspecto especial. Muitas questões tradicionais saem de foco, pois sua relevância agora é questionada. Novas questões surgem, novos desafios e novas possibilidades.

Você pode discordar: “Bem, mesmo que não seja reconhecido, o que eu digo pode significar algo para mim pessoalmente” e pode mesmo ser assim. Mas a questão aí se torna, como as suas declarações passam a ter um significado pessoal?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. Tübingen: Mohr, 1975.

SPENCE, D. *Narrative truth and historical truth: Meaning and interpretation in psychoanalysis*. Nova York: Norton & Company, 1982.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. & JACKSON, D. *Pragmatics of Human Communication: A study of interactional patterns, pathologies and paradoxes*. New York: Norton, 1967.